



NOTICIAS INTERNACIONALES AL 20/10/2017

BRASIL	2
Mercado de hacienda para faena se encuentra bajo presión	2
JBS anunció la paralización de operaciones en siete plantas de Mato Grosso do Sul	2
Competencia permanece fuera de mercado.....	3
Impacto del cierre masivo	4
Diputados accionan para preservar empleos	4
Famasul solicitó reducción de la alícuota de ICMS para el ganado procedente de MS	5
Mapa auditará el servicio sanitario del estado de Rio Grande do Sul	5
Cuero: problemas de manejo de la hacienda generan pérdidas por R\$ 3,500 millones	5
URUGUAY	6
Precio logró su quinta semana de suba	6
La estadística demuestra que el ganadero es un exportador	6
China se afianza como el mercado líder para las carnes uruguayas	7
Industrias se alistan para recibir a las cuadrillas de faena kosher	8
Misión japonesa inició auditoría a carne uruguayaya	8
PARAGUAY	8
Paraguay logra “aprobación clave” para exportar carne a EE.UU.	8
Industriales de la carne destacan la aprobación sanitaria estadounidense Faltan solo “UNOS PASITOS”.....	8
Exportación a EE.UU. no encarecerá aquí la carne	9
Minerva afirmó que exportará a EE.UU. desde su planta radicada en territorio paraguayo	10
Hacienda en Paraguay se mantiene firme con valores de US\$ 3,35.....	10
Proponen elevar tasa de proceco de 47% a 70% frente a nuevos mercados.....	10
Facultad oculta brote de brucelosis” SENACSA se enteró por la prensa	11
Las Partes Se Defienden Ante Lo Ocurrido En La Facultad De Veterinaria-	11
UNIÓN EUROPEA	12
Acuerdo UE – MERCOSUR	12
Franceses utilizan informe comunitario sobre Carne Fraca	12
CNA responde a sospechas sobre carnes brasileñas	13
Ministerio de Agricultura de Brasil rechaza las críticas	13
Macron coloca la política comercial de la UE en Reunión de Ministros.....	14
CETA – Continúan negociando cuestiones técnicas	15
Copa-Cogeca a favor del acuerdo para simplificar la PAC	15
ESTADOS UNIDOS	16
Marcha atrás en medida regulatoria a- Pequeños productores objetaron la decisión que limita sus acciones frente a prácticas monopólicas.....	16
NCBA considera que con esa decisión ganan ganaderos y consumidores	17
Medida había sido propuesta en últimos días de Administración Obama.....	17
Referendum en Oklahoma sobre programa checkoff estatal.....	18
USMEF realiza sendas campañas de promoción en SUECIA y en FILIPINAS.....	19
VARIOS	20
Carne KOBE: atributos ligados a su aroma.....	20
AUSTRALIA Avance en las exportaciones de carne vacuna y ovina	21
AUSTRALIA: prevén recuperación en el Mercado ganadero.....	21
NUEVA ZELANDA: caen exportaciones a JAPON de carnes congeladas por aumento de arancel.....	22
EMPRESARIAS	23
Hermanos Batista procesados por uso de información privilegiada	23
Tribunal desbloqueó bienes de Joesley, Wesley y del Grupo J&F	23
Cade objetará la compra de Mataboi por JBS.....	24
Marfrig reactivó planta en Rondônia.....	24



BRASIL

Mercado de hacienda para faena se encuentra bajo presión

exta-feira, 20 de outubro de 2017 - A perda de sustentação dos preços iniciada na segunda quinzena de setembro, e que se manteve na primeira quinzena de outubro, evoluiu para uma maior pressão baixista nos últimos dias.

A paralização de unidades da JBS em Mato Grosso do Sul deixa o mercado em compasso de espera, principalmente nos estados vizinhos (sobretudo São Paulo, Goiás e Minas Gerais).

A situação vigente é de um maior volume de empresas fora das compras, seguida também de uma frequência maior de ofertas de compra abaixo da referência.

Ainda não é possível apontar um desfecho, em função do envolvimento da justiça no caso.

Este ano não tem sido fácil. Apesar da particularidade de cada caso, uma lição dos últimos acontecimentos é que medidas comerciais desesperadas devem ser evitadas em circunstâncias como esta.

No mercado atacadista de carne com osso, preços estáveis.

JBS anunció la paralización de operaciones en siete plantas de Mato Grosso do Sul

18/10/17 - por Equipe BeefPoint As sete unidades frigoríficas da JBS em Mato Grosso do Sul vão paralisar operações a partir de hoje, diante da insegurança jurídica criada pelos bloqueios de recursos da empresa, que somam R\$ 730 milhões só no Estado.

A empresa teve o valor bloqueado judicial a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Irregularidades Fiscais de Tributárias, conduzida por deputados da Assembleia Legislativa.

A informação foi confirmada em nota da assessoria de imprensa do grupo.

Segundo a nota, os funcionários continuarão recebendo os salários, mesmo que a paralisação, por enquanto, é por tempo indeterminado.

“A JBS informa que, em função da insegurança jurídica instalada em Mato Grosso do Sul, suas sete unidades de carne bovina no Estado estão com as atividades de compra e abate paralisadas por tempo indeterminado. Os colaboradores continuarão recebendo seus salários normalmente até que a companhia tenha uma definição sobre o tema. A JBS esclarece que está empenhando seus melhores esforços para a manutenção da normalidade das suas operações e trabalha para proteger seus 15 mil colaboradores diretos e 60 mil indiretos em Mato Grosso do Sul”, informou a nota.

O produtor rural, e ex-presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acricissul), Francisco Maia, também confirmou ter recebido a notícia da diretoria do grupo em São Paulo.

“Eles comunicaram que vão cumprir todos os compromissos com os produtores rurais e pagamentos de bovinos já firmados, mas que a partir de amanhã suspendem as compras e também os abatimentos no Estado”, enfatizou.

Conforme Maia, a “companhia alega que não pode trabalhar nesta instabilidade jurídica criada a partir das decisões de 1ª instância na Justiça estadual que determinaram o bloqueio de recursos da empresa sem respeitar o acordo de leniência feito nacionalmente.

Maia destaca ainda que o grupo afirma que está impossível trabalhar no Estado, depois dos pedidos da CPI de bloqueio de bens.

Protesto na Assembleia

Aproximadamente dois mil trabalhadores de frigoríficos da JBS lotaram o plenário da Assembleia Legislativa, na manhã desta terça-feira (17). Temendo demissões em massa por causa do bloqueio judicial das contas da empresa, eles querem que os deputados estaduais intercedam em favor da categoria.

A ação tem impedido algumas atividades dos frigoríficos como, por exemplo, a compra de insumos.

“Estamos muito preocupados. Queremos montar comissão formada pelo governo do Estado, Legislativo, representantes dos trabalhadores, frigoríficos e representantes da avicultura para que seja debatido o desbloqueio das contas da empresa”, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Carnes e Derivados de Sidrolândia, Sérgio Lonzan.

Ontem, o secretário de Fazenda de Mato Grosso do Sul, Márcio Monteiro, tentou tranquilizar os trabalhadores.

Segundo ele, o risco de fechamento de plantas é pequeno. “Pode até reduzir um pouco o abate, porque vai ter uma readequação no mercado. Assim como outras empresas do setor, eles podem se manter sem usar outros artifícios. O JBS é um grupo consolidado”, afirmou.

Fonte: Correio do Estado, adaptada pela Equipe BeefPoint.

Fonte: Valor Econômico, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint. 19/10/17 - por Equipe BeefPoint



A suspensão dos abates da JBS em Mato Grosso do Sul travou o mercado de boi gordo do Estado, que abriga o quarto maior rebanho bovino do país. Conforme acompanhamento da Scot Consultoria, frigoríficos concorrentes também não fecharam negócios ontem.

Como a escala de abates para os próximos cinco dias já está fechada e a demanda por carne segue fraca, os frigoríficos de Mato Grosso do Sul podem esperar.

De acordo com o analista Alex Lopes, da Scot, a expectativa dos concorrentes é que a saída da JBS por tempo indeterminado dos abates em Mato Grosso do Sul reduza as cotações do boi gordo. Sendo assim, não fechar negócios faz sentido.

Competencia permanece fuera de mercado

19 de outubro de 2017 - Frigoríficos concorrentes também permaneceram fora das compras na quarta-feira; interrupção ainda afetou movimentação em outros Estados

Mercado fica travado depois de paralisação da JBS em MS Se paralisação persistir, tendência é de queda de preços no Estado

Depois do anúncio da interrupção de compra e abate em das setes unidades em Mato Grosso do Sul da JBS, o mercado do boi ficou travado na quarta-feira. Segundo Breno de Lima, analista da Scot Consultoria, os concorrentes no Estado também ficaram fora das compras, já que a paralisação das plantas da empresa, que controla cerca de 50% do abate em MS, gerou instabilidade e incerteza no mercado. "Diante disso, os outros frigoríficos pensam que a oferta vai aumentar - e isso é fato, porque ela tem que ser escoada para outro lugar. E, com isso, a tendência é de preços menores. Assim, eles pararam as compras para ver como seria esse impacto".

De acordo com o analista, a interrupção também afetou as compras em Estados próximos. "Em São Paulo, tivemos muitas plantas fora das compras nesta quarta, principalmente os perto da fronteira, porque parte do volume que eles abatem vem de MS". Em Minas Gerais, as unidades próximas à divisa com MS também retraíram um pouco as compras. Já as cotações no mercado futuro não apresentaram grandes oscilações para o contrato de novembro.

Como, segundo o analista da Scot, os frigoríficos de MS estão com escala de abates suficiente, em média, até o fim da próxima semana, o mercado no Estado continua travado nesta quinta-feira. Em São Paulo, o movimento também está mais devagar do que o normal. "Com essa escala um pouco folgada, os frigoríficos ficam tranquilos para pensarem em como vão agir".

Perspectivas - Segundo De Lima, a manutenção da situação por muito tempo pode pressionar os preços da arroba no Estado graças ao acúmulo de oferta gerado pela paralisação de metade das plantas. "Desde a segunda semana do mês, a oferta em MS já estava começando a ganhar fôlego por causa da entrada de bois do segundo giro de confinamento. E a tendência é que continue aumentando". Ele pondera, porém, que a oferta do segundo giro será melhor que a do primeiro, mas "nada absurda".

"Vai complicar, principalmente para quem tem boi confinado, porque ele tem que entregar o animal. Quem tem gado a pasto ainda consegue segurar um pouco e esperar um momento melhor", diz Ricardo Bacha, 2º vice-presidente da Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul. "Por isso a gente sempre recomenda: proteja-se, faça seguros, trave seu preço, assim há menos riscos de ficar refém do mercado", ressalta o analista da Scot. De acordo com Giuliano Benez, comprador de boi gordo no Estado, alguns frigoríficos menores já começam a oferecer valores de R\$ 5 a R\$ 7/@ abaixo da referência.

O que também pode pesar nas cotações da arroba é a queda sazonal da demanda na segunda quinzena do mês, aliada a um começo de outubro que já não foi bom para o varejo, mesmo com a entrada de salários e o feriado prolongado. "Já era esperado um escoamento menor com a demanda fraca, agora, com o acúmulo da oferta, o preço vai ser pressionado", conta De Lima. Porém, ele reforça que ainda é cedo para medir os impactos possíveis, uma vez que ainda há muita incerteza. "Pode ser que eles voltem segunda-feira e tudo se restabeleça".

Planos - Um retorno rápido ao mercado é o que deseja a Acrissul. "Estamos extremamente preocupados com a situação. É um embate onde o elo mais fraco da cadeia é o produtor, mas esperamos que haja bom senso. Não é bom nem para o frigorífico ficar parado, nem para o produtor que precisa vender e para o estado que tem que arrecadar", afirma Bacha. Ele explica que a entidade já solicitou uma audiência com representantes da Assembleia Legislativa e o governador de MS, Reinaldo Azambuja (PSDB).

Além de pedir que haja entendimento com a empresa para evitar problemas maiores, a associação também pleiteia que a alíquota do ICMS para saída de gado em pé para outros Estados seja reduzida novamente de 12% para 7%. A medida vigorou entre julho e setembro, e, segundo o presidente da Acrissul, Jonatan Barbosa, foi fundamental para os pecuaristas e o governo em um período de crise. "Todo mundo saiu ganhando, os criadores que liquidaram o gado pronto que estava no pasto, e o governo com a arrecadação do ICMS que essas vendas geraram". Em nota, a Famasul disse que também solicitou a redução ao governo.

Fonte: Portal DBO



Impacto del cierre masivo

Fonte: Valor Econômico, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint. 20/10/17 - por Equipe BeefPoint

O imbróglio político e jurídico que levou à paralisação total dos abates da JBS em Mato Grosso do Sul pode ter reflexos relevantes para a pecuária local e para o negócio de carne bovina da empresa. O Estado abriga o quarto maior rebanho do país e é o segundo mais importante em abates para a JBS – responde por mais de 25% de sua produção.

Do ponto de vista comercial, a importância de Mato Grosso do Sul vai além do volume abatido – mais de 7 mil cabeças por dia. Devido às peculiaridades da pecuária local, o Estado é o coração da produção de carne bovina de qualidade.

No Brasil, Mato Grosso do Sul é o Estado que mais castra bovinos, característica indispensável para a produção de carne bovina gourmet voltada a restaurantes. Pelo menos parte dos hambúrgueres da rede McDonald's é fabricado pela JBS em Campo Grande.

De acordo com uma fonte do setor, uma das unidades da JBS na capital do Estado – a empresa possui dois frigoríficos em Campo Grande – é a segunda mais rentável do negócio de carne bovina da companhia, perdendo apenas para a planta de Mozarlândia, no norte de Goiás.

De certa forma, a decisão da JBS de paralisar os sete frigoríficos que estão em operação em Mato Grosso do Sul poderá forçar uma resolução no imbróglio envolvendo a Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul e a empresa.

Anunciada na terça-feira após a JBS ter R\$ 720 milhões bloqueados judicialmente a pedido de CPI na Assembleia Legislativa que investiga irregularidades fiscais, a suspensão dos abates mobilizou funcionários, que ontem voltaram a protestar.

Diante da apreensão dos funcionários – e de pecuaristas, dado que a companhia representa 45% dos abates no Estado -, uma solução começou a ser costurada pelos parlamentares. O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Junior Mochi (PMDB), estará em São Paulo hoje para conversar com executivos da empresa.

A proposta é que a Justiça Estadual faça na próxima semana uma audiência de conciliação entre a JBS, parlamentares, representantes dos trabalhadores e dos pecuaristas. O presidente da CPI, deputado Paulo Correa (PR), admite a troca de garantias – utilizando imóveis ou fiança – para desbloquear os R\$ 730 milhões. Segundo ele, esse é o valor que a JBS deve pelo não cumprimento dos incentivos fiscais conhecidos como Termos de Ajustamento de Regime Especial (Tares).

A avaliação de fontes próximas à JBS é que a troca de garantias é possível. Mas há dúvida sobre o real valor devido. Segundo uma fonte, os R\$ 730 milhões calculados pela CPI se referem ao não cumprimento integral dos cinco Tares citados na delação de Wesley Batista. No entanto, os acordos teriam sido cumpridos parcialmente. Uma auditoria contratada pela JBS estaria avaliando a proporção dos descumprimentos.

O caminho adotado pelos parlamentares também foi visto com estranheza, já que um procedimento de verificação já estaria em curso na Secretaria da Fazenda. Ao final do procedimento, a JBS inevitavelmente terá de ressarcir os cofres de Mato Grosso do Sul. A dívida, que pode ser centenas de milhões, não está contemplada no acordo de leniência. Portanto, a JBS terá de desembolsar recursos.

Na leniência, é a controladora J&F que arcará com a multa.

Procurado, o governador de Mato Grosso do Sul e a Secretaria da Fazenda não se pronunciaram. A JBS também não quis comentar.

Diputados accionan para preservar empleos

19 de outubro de 2017 - Presidente da Assembleia Legislativa deve se reunir com representantes da JBS sobre vinculação da garantia dos empregos ao possível desbloqueio dos bens

Ampliar foto MS: deputados decidem entrar com liminar por retomada de abates da JBS Funcionários da JBS no Mato Grosso do Sul comparecem à Assembleia nesta quinta

Deputados estaduais de Mato Grosso do Sul divulgaram nesta quinta-feira, 19, que entrarão com liminar na Justiça para que os abates sejam retomados nas unidades da JBS no Estado, condicionado à garantia dos empregos, segundo nota da Assembleia Legislativa. Segundo o comunicado, o presidente da Assembleia, Junior Mochi (PMDB), viajou para São Paulo nesta quinta para conversar com representantes da empresa para "confirmar a vinculação da garantia dos empregos ao possível desbloqueio dos bens, na proposta de conciliação que será analisada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul".

"Nós falamos por telefone com o vice-presidente da JBS, Marcelo Zanata, e ele nos deixou claro que está à disposição para discutir uma saída e disse que os pagamentos estão garantidos, porém os abates foram suspensos apenas durante o processo de negociação", disse Pedro Kemp (PT) durante a plenária desta quinta em que estiveram presentes diversos funcionários da JBS. "O Governo [do Estado] foi lesado, conforme constatou a CPI [em R\$ 730 milhões] e assim a Justiça bloqueou parte em dinheiro e parte em



bens, mas a empresa não está se negando a negociar, porém esse processo é lento e enquanto isso parou os abatimentos alegando insegurança jurídica, causando esse temor”, insistiu Kemp.

Em entrevista à imprensa, o presidente da CPI, deputado Paulo Corrêa (PR) criticou a JBS. “Precisamos de responsabilidade por parte da empresa. Que sente em uma mesa com produtores, funcionários, Governo e nós da CPI e diga de que jeito vai pagar o que deve a cada um deles e não use os trabalhadores como massa de manobra contra a Assembleia para que insista no desbloqueio dos bens sem nenhuma garantia, afinal são milhões que eles devem em imposto ao Estado”, argumentou.

Preocupados com uma possível demissão em massa, funcionários da empresa lotaram o plenário nesta quinta. “Vamos todos a Brasília cobrar uma solução. Que a empresa pague o que deve ao Mato Grosso do Sul, mas também garanta os nossos empregos e salários”, afirmou, segundo nota da Assembleia, Daniel Finamor de Souza Contarini, funcionário da Unidade 1 da JBS em Campo Grande.

Famasul solicitó reducción de la alícuota de ICMS para el ganado procedente de MS

0/10/17 - por Equipe BeefPoint O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), Mauricio Saito, solicitou nesta quarta-feira, 18, ao governo do Estado a redução de 12% para 7% da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a comercialização de gado em pé para outros Estados. O pedido foi feito depois que a JBS paralisou as atividades de compra e abate de bois na região.

“Dado o momento delicado pelo qual o setor tem passado, com um cenário de baixa liquidez e de dificuldades de comercialização dos animais na pecuária, pedimos ao governo que avalie com atenção a possibilidade de redução da alíquota do imposto”, disse, em nota, Saito.

No último trimestre, o governo reduziu a alíquota por um período de 90 dias, para reduzir os efeitos da Operação Carne Fraca e da delação da JBS sobre o mercado pecuário, e conseguiu enxugar a oferta no mercado local.

Durante a vigência da tarifa menor, a Famasul afirma que houve aumento de 122% na venda de gado em pé no Estado.

Fonte: Estadão, adaptada pela Equipe BeefPoint.

Mapa auditará el servicio sanitario del estado de Rio Grande do Sul

16/10/17 - por Equipe BeefPoint O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) fará auditoria no serviço veterinário oficial (SVO) do Rio Grande do Sul entre os dias 23 e 27 deste mês. O trabalho, feito a cada três anos, visa avaliar a capacidade técnica e operacional do estado, o que envolve recursos humanos, físicos e financeiros. O resultado permitirá ao Mapa, caso necessário, indicar correções para melhoria dos serviços.

Segundo o diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa, Guilherme Marques, a auditoria no RS avaliará a capacidade de resposta do serviço veterinário e sua atuação nas ações desenvolvidas pelos diversos programas sanitários. Será feito, acrescentou, um diagnóstico de eventuais inconformidades e dos pontos fortes, a fim de indicar mudanças, caso necessário.

Em novembro, entre os dias 20 e 24, o Mapa fará auditoria no serviço veterinário de Santa Catarina, informou Marques.

O Mapa começou as auditorias em 2016 e deverá concluí-las em 2018. Até agora, foram auditados os serviços veterinários oficiais do Pará, de Alagoas, do Piauí, de Pernambuco, do Maranhão, de Sergipe, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Goiás, da Bahia, do Acre e de Rondônia.

Em 2018, serão feitas 12 auditorias: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Amazonas, São Paulo, Tocantins, Ceará, Rio Grande do Norte, Amapá, Roraima e Distrito Federal. Também no ano que vem será realizada inspeção para avaliação dos programas direcionados à febre aftosa.

Para as auditorias foi desenvolvida uma ferramenta de avaliação da qualidade do SVO, adaptando metodologia da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) usada pelos serviços veterinários dos países membros, conhecida como PVS/OIE Tool (Performance of Veterinary Services).

Fonte: Mapa, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Cuero: problemas de manejo de la hacienda generan pérdidas por R\$ 3,500 millones

19/10/17 - por Equipe BeefPoint A economia brasileira tem perdas anuais de R\$ 3,5 bilhões em função da qualidade da matéria-prima (peles, o chamado couro verde) que chega aos curtumes do país. Problemas que começam no campo, como parasitas que atingem o gado, riscos de cerca e marcações de propriedade sobre o animal (marca de fogo), estão na origem deste prejuízo, apurado pelo Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), entidade que representa as indústrias produtoras de couro no país.

“A qualidade da pele que chega ao curtume precisa ser uma preocupação de todas as indústrias, não apenas a curtidora. Se o couro perde mercado para materiais alternativos, ou se o seu valor cai em



função da qualidade, todos os agentes saem perdendo”, disse o presidente executivo do CICB, José Fernando Bello.

Como lembrou o gestor, o couro, como subproduto da carne, seria um passivo industrial muito grande à produção rural e aos frigoríficos se não fosse aproveitado integralmente pelos curtumes.

Qualidade do couro

A ideia é que se organize no país um programa com mecanismos que permitam aprimorar a qualidade do couro, com a possibilidade de tipificar peles por sexo do animal ou mesmo grupo de peso – recursos amplamente utilizados por países que concorrem com o couro brasileiro no mercado internacional.

O Brasil tem o maior rebanho comercial do mundo e produz cerca de 43 milhões de peles por ano; é um país com tradição e reconhecido no mercado internacional do couro, mas tem potencial de ampliação de clientes e agregação de valor com cuidados sobre a matéria-prima.

Principais problemas na matéria-prima (couro verde):

Parasitas – 42,4%

Marcas de fogo – 18,2%

Má conservação – 13%

Tiragem / esfola – 12,1%

Riscos de cerca – 10,3%

Outros – 4%

URUGUAY

Precio logró su quinta semana de suba

Por Blasina y Asociados, especial para El Observador Octubre 20, 2017

El precio tocó un máximo de US\$ 3,15 por kilo para ganados especiales y se espera una demanda mayor en las próximas semanas

Sin prisa pero sin pausa sigue la suba de valores para el novillo gordo, que esta semana alcanzó algún negocio puntual de hasta US\$ 3,15 por kilo de carcasa por ganados pesados especiales, en la quinta suba semanal consecutiva en la planilla de consignatarios. "Una sola planta está pasando este precio", dijo un consignatario que recién había concretado un negocio por este valor, señalando que allí ya hay dos cuadrillas Kosher operando.

El mercado está más alegre, con condiciones climáticas óptimas para la ganadería, una industria demandante –con alguna planta donde como se mencionó ya están operado cuadrillas Kosher– y una oferta que va apareciendo gradualmente. Las entradas a plantas industriales rondan una semana. La mayoría de los negocios se realizan en el eje de los US\$ 3,12 por kilo. "La demanda de novillos en las próximas semanas va a ser mayor", dijo el operador.

La vaca sigue firme, aunque no tan pedida como en semanas anteriores. Los negocios en este caso se concretan dentro de una escalera más amplia de precios, que van entre los US\$ 2,85 y US\$ 2,95 dependiendo de la terminación.

El mercado de reposición también sigue firme y la Asociación de Consignatarios subió las referencias de todas las categorías de terneros y terneras así como en novillitos y vaquillonas de uno a dos años. Eso sin la demanda de la exportación en pie.

La faena total de vacunos se mantuvo casi sin cambios, con 40.633 cabezas. El aumento fue de 1% respecto a las 40.253 de la semana anterior y 10% inferior a igual semana de 2016, cuando se faenaron 44.999 animales.

En la semana cerrada el 14 de octubre la participación de vacas en la faena total fue superior a la de novillos luego de 10 semanas consecutivas de mayor faena de novillos. Se enviaron a plantas 20.876 vacas, el 51,4% del total, y 18.860 novillos, el 46,4%.

En el acumulado del año se faenaron 1.811.562 cabezas, 5% más que el mismo período de 2016. De ese total 899.557 fueron vacas (49,7%) y 878.142 novillos (48,5%).

Para noviembre se espera que la oferta empiece a ser más abultada, típico de esta época del año. "Creo que va a coincidir la mayor oferta con la mayor demanda y se va a manejar entorno a estos precios. Que en plena zafra (de final de año) no caigan los precios sería ideal", apuntó un operador.

La reposición sigue firme y, en parte, ha incidido en la demora en la decisión de venta de algunos productores, dijo otro operador.

El precio de exportación de la carne vacuna se mantiene por encima de los US\$ 3.400 por tonelada, aunque en la última semana ya se recostó sobre esta referencia en US\$ 3.429, algo arriba del promedio anual (US\$ 3.427) y mayor al promedio de 2016 (US\$ 3.414).

La estadística demuestra que el ganadero es un exportador

Octubre 20, 2017 El 11% de la faena provino de animales de corrales de engorde en 2016/17



"El ganadero es un exportador". Con esa frase comenzó el martes pasado su disertación Jorge Acosta, gerente de Información del Instituto Nacional de Carnes (INAC), invitado a la presentación de las denominadas Carpetas verdes, 120 empresas ganaderas que monitorea el Instituto Plan Agropecuario (IPA).

Fue el comienzo de un final: todos los caminos de la producción ganadera uruguaya conducen a los mercados externos, pues desde hace 15 años Uruguay exporta 70% o más de su carne vacuna.

Acosta analizó la producción, la exportación y los precios de la carne vacuna y ovina del último ejercicio al 30 de junio pasado.

Entre los puntos mencionados en la eficiencia productiva cabe destacar que 60% de los vacunos faenados son de calidad –novillo y vaquillona–, donde la vaca es la categoría de ajuste ante variaciones de mercados, y una estabilidad en la edad media de faena de novillos, donde los de 2-4 dientes son 46% del total; de 8 dientes y más, 32%; y los de 6 dientes, 23%.

Creció el peso medio de faena en una década, con 32 kilos más en novillos y 36 kilos más en vacas y vaquillonas. El peso promedio en el último ejercicio 2016/2017 fue 520 kilos en pie los novillos (+2%) y las canales aumentaron en promedio de 271 a 279 kilos por animal, respecto al año anterior. Las vaquillonas pasaron la canal de 205 a 218 kilos.

Acosta mencionó nuevas variables: el engorde a corral fue 11% de la faena y contribuyó en su mayoría a la cuota europea 481; la exportación en pie representó 2,4% del stock en 2016; en tanto mencionó los cambios ocurridos a partir del decreto 310/16 sobre el dressing (limpieza del animal).

La faena de bovinos fue de 2,40 millones de cabezas, 12% superior al año anterior, un nivel que no se registraba desde una década atrás, en un ejercicio de alta extracción (22-23%).

Exportación y precios

Uruguay oscila entre el 6° y 8° puesto como exportador mundial de carne bovina. En el ejercicio 2016/2017, colocó 461.785 toneladas peso canal, 19% más que un año atrás, por US\$ 1.562 millones, 12% superior a 2015/2016.

Se mantuvo la estructura de mercados diversificados, aunque 78% de la carne que vende Uruguay es desosada. Cada mercado tiene sus exigencias diferentes. Entre los principales China, el primer destino con 48% del total exportado, compra de todo, pero más cortes de menor valor; la Unión Europea (UE) los de más valor; Israel todos delanteros, que valen menos que los cortes del trasero; y el Nafta lleva más bloque y recortes, delanteros, asados y productos cárnicos.

En cuanto a los precios, Acosta aseguró que "no hay pronósticos de shock, ni para arriba ni para abajo", sino que "hay estabilidad y hay que pelear cada día". Por otra parte, dada su relevancia en el negocio, Acosta mostró que la relación hacienda/exportación estuvo 22 semanas (42%) por encima del promedio histórico, frente a 33 semanas (63%) del año anterior.

China se afianza como el mercado líder para las carnes uruguayas

Octubre 17, 2017 Su participación en el conjunto de destinos se incrementó y llega a casi el 40% del total. Al inicio del décimo mes de 2017, la participación de China en el conjunto de mercados a los que Uruguay exporta sus carnes sigue siendo líder, elevándose de 35,6% a 38,9% en relación a lo que sucedía a esta altura de 2016.

Al 7 de octubre de este año los chinos aportaron US\$ 549,5 millones de los US\$ 1.414 millones que Uruguay obtuvo por el total de las carnes que embarcó, 414,8 mil toneladas.

Según registros del Instituto Nacional de Carnes (INAC), durante el año en curso las exportaciones totales del sector cárnico crecieron 10%, en relación al mismo lapso de 2016.

En el rubro carne bovina, que explica el 83% del total de las exportaciones, hay un aumento de 8% en dólares y de la misma magnitud si se mide en volumen.

En el caso de la carne ovina –que explica el 3% del total de los ingresos de divisas–, se produjo un incremento de 36% en dólares y de 37% en volumen en relación a lo que sucedía hace un año.

Los tres mercados principales siguen siendo China, la Unión Europea y el Nafta. Si se compara lo que sucedió en los primeros nueve meses de 2017 y de 2016, China experimentó el crecimiento ya indicado, en tanto que la participación de la Unión Europea cayó de 23% a 21% y la del Nafta descendió de 17,3% a 15%.

En relación al precio que se ha obtenido en promedio por la tonelada durante este año, para la carne vacuna es US\$ 3.428 –levemente superior a la medición de hace un año– y en la carne ovina es US\$ 4.114 –apenas menor–.

Haciendas

Los últimos negocios en el mercado de haciendas pautan que los novillos pesados muy bien terminados, con poco flete y en lotes importantes, logran ya algo más de US\$ 3,10 por kilo, en tanto que para las vacas en las mismas condiciones se superan los US\$ 2,95, en un escenario de poca oferta.



Industrias se alistan para recibir a las cuadrillas de faena kosher

16/10/2017 - El arribo inicia a fines de octubre. Faxcarne | A partir del lunes 23 de octubre comenzará a darse el regreso de los equipos kosher a la región, con incertidumbre por el momento sobre el precio al que se retornará y sobre las condiciones que se impondrán, ya que se estará a pocos meses de que el cajón rotatorio se vuelva obligatorio.

A partir del 1º de junio de 2018, los exportadores que no cuenten con el cajón rotatorio -una inversión que, por cajón, supera los US\$ 200 mil- no podrán trabajar con el mercado israelí. Se trata de una nueva obligación impuesta por las autoridades israelíes teniendo en cuenta el bienestar animal.

Importadores israelíes presentes en Anuga consideraron que esta nueva obligación ya puede impactar sobre el mercado desde los primeros meses del año próximo, dado que se comenzará a tener una idea más cabal sobre cuántas plantas realizarán la inversión y, por lo tanto, si la oferta se resentirá.

El nuevo cajón implica un aumento sustantivo de los costos de producción, ya que el ritmo de faena baja de unos 100 animales por hora a alrededor de la mitad. Hay plantas que están optando por instalar dos cajones, de manera de poder mantener el ritmo. “Pero no todos lo pueden hacer, ya sea por lo que significa la inversión como por problemas locativos o de diseño de la planta”, opinó el importador.

En Israel se asegura que los stocks de carne en el país siguen siendo muy abultados, algo que ha sido la norma desde hace más de un año, y se utiliza ese argumento para intentar moderar los precios de compra en la región. También se mencionan los más abultados volúmenes que están adquiriendo en Polonia.

Sin embargo, desde el lado de los exportadores no se considera posible reducir los precios que rigieron previo al último receso, máxime teniendo en cuenta las nuevas inversiones necesarias.

Lo que queda bastante claro es que una vez instalados los nuevos cajones, los precios del kosher deberán subir, dado que los costos serán muy superiores y la oferta será menor, dado que no todos los frigoríficos realizarán la inversión.

Misión japonesa inició auditoría a carne uruguaya

Octubre 16, 2017 La recorrida de instalaciones a nivel oficial y privado se prolongará hasta este sábado. Desde este martes y hasta el próximo sábado se cumplirá una auditoría a cargo de un equipo de científicos japoneses a todo el sector de la carne uruguaya, con vistas al trabajo final de habilitación muy próxima de ese mercado que se encuentra cerrado para Uruguay desde la crisis de fiebre aftosa de 2001. La actividad comprenderá una revisión de aspectos clave en las tareas del ámbito oficial de control de sanidad ganadera e inocuidad de la carne en puntos que son fundamentales, tanto a nivel oficial como privado, explicó a El Observador una fuente de los Servicios Ganaderos, Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca (MGAP).

Los expertos estarán corroborando los datos enviados por los técnicos del MGAP en los últimos años para que Japón realice una evaluación de riesgos de Uruguay, un país que desarrolla la vacunación de todo su rodeo bovino contra la fiebre aftosa. Por esta razón, es que la auditoría de Japón es muy exigente.

En esta misma dirección Japón había enviado una misión similar en 2015, por lo que ahora en grandes términos se estará corroborando in situ los datos que se han enviado y que son imprescindibles para resolver la habilitación solicitada por Uruguay.

Los técnicos visitantes recorrerán y mantendrán reuniones con la Dirección General de los Servicios Ganaderos, las dependencias de los laboratorios, en cuyas instancias a nivel oficial se producirá un intercambio a nivel científico.

A su vez se visitarán algunos establecimientos agropecuarios, una oficina del MGAP a nivel local en alguna ciudad del interior del país, así como también se visitará un frigorífico.

Por otra parte en la semana siguiente llegará a este país una misión sanitaria de China, la que habrá de habilitar tres plantas frigoríficas en el sector cárnico y una planta industrial láctea.

PARAGUAY

Paraguay logra “aprobación clave” para exportar carne a EE.UU.

Industriales de la carne destacan la aprobación sanitaria estadounidense Faltan solo “UNOS PASITOS”

14 de Octubre de 2017 Directivos de gremios del sector privado y funcionarios estatales destacaron el paso dado para exportar carne al mercado premium de Estados Unidos. A nuestro país se le cerró Rusia, pero se le abrió Norte América, dijeron, comparando con la reciente eliminación de Paraguay en el fútbol.

En rueda de prensa ofrecida ayer en la Asociación Rural del Paraguay (ARP), autoridades, empresarios del sector y el encargado de negocios de la Embajada de EE.UU. en Paraguay, Hugo Rodríguez, brindaron detalles de la autorización sanitaria del gobierno norteamericano con vista a la exportación de carne paraguaya a ese mercado.



Todos coincidieron en resaltar el esfuerzo conjunto a través de la gestión público privada para este logro, considerado muy importante para nuestra ganadería y la industria frigorífica del país, sobre todo porque se trata de un mercado altamente exigente. “Es un honor y un orgullo estar habilitado por un país tan serio y exigente”, dijo justamente el titular de la ARP, Luis Villasanti.

Recalcó que no es un logro pequeño y que se trata de “algo muy importante para el país porque pone al Paraguay como un país serio”. El canciller Eladio Loizaga indicó que es un logro muy importante para la industria y que significa igualmente un compromiso muy grande de los productores en cuanto al cumplimiento de exigencias sanitarias para ese mercado.

Faltan “unos pasitos”

El encargado de negocios de la Embajada de EE.UU. en Paraguay, Hugo Rodríguez, felicitó a los sectores involucrados en este logro y sostuvo que aún “hay unos pasitos más” que dar para que en la brevedad posible se abra definitivamente el mercado de su país a la compra de carne paraguaya.

Luis Pettengill, presidente de la Cámara Paraguaya de Carnes, manifestó que se prepararán para que los frigoríficos sean inspeccionados y habilitados, y adelantó que las industrias del sector cuentan con plantas modernas y nuevas. “Estamos muy contentos con este paso y hay que recalcar la credibilidad que tiene el servicio sanitario (Senacsa) en el país y en el mundo”, expresó.

Por su parte, el titular de la Unión Industrial Paraguaya (UIP), Eduardo Felippo, dijo, dirigiéndose a los periodistas, que es la oportunidad de dejar de lado “las letras catástrofes” y destacar el logro. “Se nos cerró Rusia y se nos abrió EE.UU.”, acotó, pero se refería al seleccionado de fútbol que quedó sin posibilidades de ir al mundial. En cuanto a carne, Rusia es el segundo mayor comprador de carne paraguaya.

El viceministro de Ganadería, Marcos Medina, afirmó a su vez que “estar presentes en EE.UU., para Paraguay, que desea seguir avanzando y establecerse como proveedor de proteína bovina, es fundamental”.

No dormirse sobre los laureles

El presidente del Senacsa (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal), Hugo Idoyaga, afirmó que el trabajo aún no termina y que no hay que dormirse sobre los laureles. “Así como hoy estamos festejando y estando todos alegres como si fuese una clasificación al mundial, viene la segunda parte que es de responsabilidad y que nos obliga a asumir mayores compromisos, porque los estándares sanitarios a los que nos estamos enfrentando en estos momentos son estándares de un nivel aún superior a lo que venimos manejando con otros países del mundo”, expresó ayer en la ARP.

Exportación a EE.UU. no encarecerá aquí la carne

16 de Octubre de 2017 Incluso Podría Bajar, Según Titular De Los Ganaderos

La exportación de carne paraguaya a Estados Unidos implicará aumentar el volumen de producción de la proteína roja en nuestro país, pero el precio para el consumidor local no aumentará, incluso podría bajar, manifestó el presidente de la Asociación Rural del Paraguay (ARP), Luis Villasanti Kulman.

En la conferencia de prensa realizada el viernes en la ARP, Villasanti informó que, de concretarse la exportación de carne al mercado premium de Estados Unidos, se tendrá que aumentar el volumen de producción de la proteína roja, lo que además significará más ingreso de divisas a nuestro país.

También se refirió a lo que eso significará para el consumidor paraguayo en cuanto al precio. “El precio de la carne acá, en Paraguay, no va a subir. Eso sí lo puedo decir muy convencido”, dijo, y agregó que los cortes de carne que se enviarán a Estados Unidos serán sin hueso. “Yo diría al contrario, creo que el precio de la carne podría bajar, porque va a haber muchísimo volumen de exportación, y con eso también habrá muchísimo volumen de carne que queda en el país. O sea que, cuanto mayor exportación tengamos, el pueblo paraguayo todo se beneficia; no solamente las industrias frigoríficas o el ganadero”, señaló.

Instituto de la carne

También se le consultó cómo encararán los sectores industrial y productivo la estrategia de promoción de la carne y si llegarán al acuerdo de implementar el mentado “instituto de la carne”. Al respecto, Villasanti dijo que están trabajando conjuntamente la ARP y la Cámara Paraguaya de Carnes, y “sacar una manera de llamarle instituto, colegiado, como quiera llamarle, pero algo que nos ayude a ambos a promocionar la carne, porque la carne paraguaya necesita de un sello made in Paraguay”, acotó.

El Instituto Paraguayo de la Carne fue una propuesta planteada como un proyecto de ley ante la Cámara de Diputados por la ARP, pero no acompañada por la Cámara Paraguaya de Carnes, que aglutina a frigoríficos. En una audiencia pública se acordó darse un tiempo para buscar un proyecto consensuado entre ambos gremios.

Por su parte, Luis Pettengill, presidente de la Cámara Paraguaya de Carnes, también presente en la conferencia de prensa en la Rural, dijo que continuarán con la ARP buscando un consenso. “Creemos que en conjunto con la Rural vamos a continuar por este camino y estamos abiertos a continuar mejorando y promocionando lo que es la bandera del Paraguay de la carne paraguaya”, manifestó.



Mencionó que, a principios de mes, la CPC estuvo presente en la feria Anuga, en Colonia (Alemania) para promocionar la carne.

Minerva afirmó que exportará a EE.UU. desde su planta radicada en territorio paraguayo

Fonte: Estadão, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint. 17/10/17 - por Equipe BeefPoint A Minerva informó al mercado, nesta segunda-feira, 16, que recebeu autorización para exportar carne bovina para os Estados Unidos a partir do Paraguai.

A empresa diz que recebeu da Embaixada dos Estados Unidos no Paraguai a informação de que o Serviço de Inspeção Sanitária e Fitossanitária de Animais e Plantas (APHIS), do Departamento de Agricultura Norte-Americano, aprovou as exportações de carne bovina provenientes do país.

“Esta primeira certificação refere-se ao status do país, sendo que o próximo passo será a inspeção sanitária nas plantas que solicitarem tal habilitação. Esse processo deverá ter início nos próximos meses”, informa a companhia. A nota da empresa não especifica qual tipo do produto foi habilitado, se in natura ou processada, por exemplo.

Hacienda en Paraguay se mantiene firme con valores de US\$ 3,35

19/10/2017 - Intentan hacer envíos previo a las fiestas de fin de año.

Faxcarne | Los valores del mercado de hacienda en Paraguay se mantenían firmes y con mayor avidez por animales trazados con destino a la Unión Europea (UE) ya que hasta la próxima semana hay plazo para cargar en fecha para el consumo de las Fiestas de fin de año.

Un industrial informó a Faxcarne que los novillos UE se pagaban esta semana hasta US\$ 3,35 por kg carcasa, mientras que el general cotizaba unos 10 centavos por debajo de esa referencia. Las entradas a las plantas continúan siendo “muy cortas” y con varios frigoríficos que no logran completar la semana de actividad producto de una oferta de materia prima bastante acotada.

Proponen elevar tasa de procreo de 47% a 70% frente a nuevos mercados

17/10/17 El desafío de la ganadería ante el surgimiento de nuevos mercados de la carne es elevar la eficiencia y producir más con la misma cantidad de ganado, afirmó el viceministro de Ganadería, Marcos Medina. La tasa de procreo es hoy de 47 terneros por 100 hembras en edad reproductiva, y con eficiencia se podrá aumentar a por lo menos 70%, dijo.

El viceministro de Ganadería ilustró que en la actualidad con 100 hembras en edad reproductiva se obtienen 47 terneros y se exportan 400.000 toneladas de carne. Si se quiere llegar a las 600.000 toneladas, que es el objetivo, produciendo 70 terneros por cada 100 hembras en edad reproductiva, se tendría ese saldo exportable, sin descuidar el mercado interno y sin necesidad de aumentar el hato ganadero. Apuntó que si se llega a exportar 600.000 toneladas eventualmente el Paraguay se convertiría en el 5° mayor exportador mundial de carne bovina. Actualmente es el 7° mayor exportador de la proteína roja en el mundo.

El funcionario fue consultado ante la posibilidad de apertura del mercado norteamericano a la carne paraguaya, cuyas autoridades dieron el primer paso al aprobar el sistema paraguayo de sanidad animal.

Señaló que para lograr cumplir con la demanda de nuevos mercados para la carne paraguaya se tienen tareas “portón afuera y portón adentro”.

“Una de ellas es el aumento de la eficiencia productiva. Hemos crecido dentro del hato ganadero, pero hemos crecido en cantidad de cabezas. Muchas veces se hace una correlación hato ganadero con volumen de exportación. En realidad, si somos eficientes podemos producir más con la misma cantidad”, expresó.

Medina señaló que hay tres cosas que contribuirán a aumentar la eficiencia y tendrá un tremendo impacto en las exportaciones de carne: tasa de procreo, producir más terneros por hembra en edad reproductiva; la tasa de extracción, vender más animales por año del total de animales que conforman el hato. Como ejemplo, mencionó que actualmente la tasa de extracción es del 19% y el promedio en países de la región está más o menos en 23%. El tercer aspecto es el peso a la faena. Actualmente se tiene un peso promedio nacional de más o menos 400 kilos por animal faenado y si se logra subir 10 kilos, también tendrá un tremendo impacto.

Además de Estados Unidos, está en expectativa la apertura del mercado de carne bovina de Hong Kong, cuyos técnicos habían visitado e inspeccionado varias plantas frigoríficas del país para conocer las condiciones sanitarias.

De acuerdo a los datos de exportación de carne bovina, del 1 de enero al 30 de septiembre de este año, divulgado por el Senacsa (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal), los mayores importadores de carne paraguaya son Chile, Rusia, Brasil, Israel y Vietnam.



Facultad oculta brote de brucelosis” SENACSA se enteró por la prensa

17 de Octubre de 2017 La doctora María Inés González Acosta encaró a la decana Azucena Cabrera de Gómez y otras autoridades de la Facultad de Veterinaria UNA, diciéndoles que ya no mientan porque hace un mes sabían de un caso de brucelosis y no hicieron nada.

Un video captado por un estudiante de la Facultad de Veterinaria de la Universidad Nacional de Asunción (UNA) muestra cómo la doctora María Inés González Acosta, quien también ejerce la docencia en la casa de estudios, les dice a las autoridades de la institución que reconozcan que hace un mes ya sabían de un caso de brucelosis.

Hasta el momento hay 16 cabras que fueron sacrificadas por comprobarse que contrajeron la citada enfermedad, con las cuales estuvieron en contacto los estudiantes de veterinaria, por lo que se aguarda el resultado de los 300 alumnos que se sometieron a las pruebas laboratoriales. Además, la Facultad de Veterinaria siguió vendiendo al público la leche de las cabras que podían estar infectadas.

La docente asegura además que su jefe, el doctor Carlos Alberto Espínola Chena, ya estaba al tanto del brote de esta enfermedad caprina, y que el 28 de setiembre tomaron una muestra de sangre para analizar un caso de brucelosis.

“Hace un mes atrás yo hablé, le comuniqué a la decana, yo le hablé al doctor Serafini. Doctor, por favor, mirame a la cara; mirame a la cara porque estoy demasiado nerviosa, a mí no me van a dejar como loca. Por eso te pregunté, doctora Azucena, te di una oportunidad, al doctor Carlos y al doctor Serafini. Vos sabés que demasiado te aprecio doctor, (...) por eso les di la oportunidad de que me digan la verdad hoy, o mentiste vos o les estás acompañando a ellos, porque no puede ser”, encaró María Inés, visiblemente alterada, a las autoridades presentes de la universidad frente a los alumnos.

A lo que la decana respondió que nada más hace días se enteró del brote de esta enfermedad y fue abuchada por los presentes.

“Estricto cumplimiento de las normas técnicas sanitarias”

La Facultad de Ciencias Veterinarias (UNA) emitió un comunicado a través del cual afirma que se realizó un estricto cumplimiento de las normas técnicas sanitarias, por lo cual se informó del brote de la brucelosis a las autoridades correspondientes como ser el Ministerio de Salud Pública y Bienestar social, así como al Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal (Senacsa).

En la misiva, las autoridades de la institución se comprometen a acompañar el proceso y de comunicar inmediatamente los resultados. Finalmente, en el texto aseguran que se realizará una investigación exhaustiva para esclarecer el brote de la afección así como las eventuales responsabilidades ligadas a las divisiones afectadas.

El Servicio Nacional de Calidad y Salud Ambiental se enteró del brote de brucelosis, por la publicación que hizo nuestro diario, según una nota que remitió a la decana de la Facultad de Veterinaria, Azucena Cabrera. En el escrito le comunica la inmediata intervención técnico-sanitaria y legal de la institución y la suspensión del certificado de hatos libres de brucelosis también del ganado bovino.

El documento refiere que para el efecto se conformó un equipo técnico conformado por los doctores Ramona Dávalos, directora de Programas Sanitarios; Víctor Maldonado, director de Epidemiología; Víctor Aquino, especialista en ovinos y caprinos y Raúl Martínez, técnico

Las Partes Se Defienden Ante Lo Ocurrido En La Facultad De Veterinaria-

Caso brucelosis: alegan que Senacsa no hizo estudio pese a pedido expreso

20 de Octubre de 2017 La Facultad de Veterinaria-UNA pidió en junio a Senacsa apoyo para practicar pruebas de brucelosis y tuberculosis a su ganado caprino. En julio se detectó el primer caso de brucelosis y el 29 de setiembre la facultad debió acudir a un laboratorio privado. Los resultados dieron positivo.

(Antonia Delvalle C., corresponsal). Los datos figuran en una nota fechada el 15 de junio pasado, firmada por la decana de Veterinaria, Dra. Azucena Cabrera, y dirigida al titular de Senacsa, Dr. Hugo Idoyaga, para solicitar la presencia de técnicos para estudios sobre brucelosis y tuberculosis. Fue para un total de 50 animales, a ser llevado a cabo en la División de Ganado Bovino de leche y 55 caprinos de la División Ganado Caprino, ambos dependientes del Departamento de Producción Animal.

La decana resaltaba en la nota que el procedimiento es fundamental para la obtención del estatus sanitario “hatos libres de brucelosis y tuberculosis” en la referida dependencia de la Facultad. El pedido no tuvo respuesta favorable, y en julio surgió el primer caso de una cabra con brucelosis, que en principio fue ocultado.

Según el jefe de la División Caprinos, Dr. Carlos Espínola, la Facultad envió seis animales para la Expo que se realiza en julio en Roque Alonso, y de allí habrían venido enfermas. Es atendiendo a que en setiembre, tras extraerse las muestras, cuyos resultados se tuvieron el 6 de octubre, tres dieron positivas al mal.

También comentó que ya el año pasado, en el campo ferial se produjo aborto en cabras, que terminó infectando a Gustavo Oviedo, veterinario especialista en pequeños rumiantes y directivo de la Asociación



Paraguaya de Caprinos, a su esposa y a un personal de campo. Asimismo a sus animales, que habrían contraído la enfermedad de animales con brucelosis de otro expositor.

Lo grave de todo y que causó la indignación del estudiantado y la Asociación de Ciencias Veterinarias y la Asociación de Médicos Veterinarios es que el jefe de la División Caprinos, Dr. Carlos Espínola; y el jefe de este, el Dr. Celso Rolón, titular del Departamento de Producción Animal, sabían del caso positivo ocurrido en julio pasado y lo ocultaron. Además, estuvieron al tanto de que 14 cabras dieron positivo y dos eran sospechosas, en pruebas cuyos resultados ya estuvieron el 6 de octubre.

Versión de Senacsa

El secretario general del Senacsa, Joel Brizuela, dijo que el trabajo de extracción de muestra y procesamiento de las mismas que pidió Veterinaria en junio está enmarcado dentro de un pedido anual de recertificación de hatos libres de brucelosis y tuberculosis. Señaló que no se hizo porque estaban iniciando la definición del nuevo protocolo sanitario a seguir para certificación y aún no finalizaron el trámite.

Detalló que en julio se emitió el nuevo decreto de brucelosis, que regula la campaña del Programa Nacional de Brucelosis y encarga al Senacsa la reglamentación del mismo. Según argumentó, la Facultad hace el pedido con antelación para que se apruebe la exoneración del pago, se verifica si se poseen los reactivos, se da la orden de trabajo, y además recién en noviembre vence el certificado, que según dice, solo otorgan para el ganado bovino y no para el caprino, porque este solo se hace por pedido expreso.

Senacsa niega conocimiento

Por un error involuntario ayer publicamos que los doctores Ramona Dávalos, directora de Programas Sanitarios, y Víctor Maldonado, director de Epidemiología, del Senacsa, tenían conocimiento del aborto sufrido por una cabra en junio. El dato correcto es que fue el Dr. Carlos Espínola quien reconoció ante los mismos que ya se registró un aborto por brucelosis.

La doctora Dávalos dijo que Senacsa verifica siempre los animales que ingresan a la Expo y todos llegan con resultado negativo a enfermedades, que tiene un local en el predio, y que extrañamente no fueron informados de ningún caso.

UNIÓN EUROPEA

Acuerdo UE – MERCOSUR

Franceses utilizan informe comunitario sobre Carne Fraca

Fonte: Estadão, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint. 17/10/17 - por Equipe BeefPoint

Os problemas de controle sanitário encontrados na Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, são o principal argumento a ser usado pela França para tentar modificar o mandato dado à Comissão Europeia para negociar o acordo comercial com o Mercosul.

“O mundo mudou nos últimos anos e a segurança alimentar é um tema de grande importância”, disse o embaixador francês no Brasil, Michel Miraillet.

Os franceses pretendem levantar essa questão no Conselho Europeu, que reunirá os líderes do continente nesta semana em Bruxelas. Deverão propor que as negociações ocorram num cronograma diferente. E que a questão de segurança alimentar seja incluída nas discussões.

A ideia de adiar o fim das negociações foi levantada pelo presidente da França, Emmanuel Macron, na quarta-feira. Num evento com produtores agrícolas, ele afirmou que não é a favor de correr para fechar o acordo em dezembro – uma meta que havia sido aceita pelos dois lados da negociação. Agora, já se admite reservadamente que dificilmente será cumprida.

“Nós queremos o acordo”, afirmou o embaixador. “Mas não a qualquer preço.” Depois de ressaltar, como ponto positivo, que os problemas da Carne Fraca foram levantados pelo próprio governo brasileiro, Miraillet disse que “nada” foi feito a respeito. E que essa é uma questão que preocupa o consumidor europeu.

Fontes do lado brasileiro classificaram o movimento da França como uma manobra protelatária, reflexo das tradicionais pressões dos produtores agrícolas locais sobre o governo. Elas avaliam que a proposta francesa tem pouca chance de prosperar, porque ela é apoiada por um grupo pequeno de países. Para modificar o mandato negociador, é preciso que haja consenso dos 28 países-membros do bloco europeu.

Se a União Europeia abrir discussões sobre o mandato negociador, o Mercosul fará o mesmo, dizem fontes. Isso, na prática, jogará o fim das negociações, que se arrastam desde 1999, para uma data indefinida.

A carne brasileira, explicam, só ingressa na União Europeia se estiver de acordo com as regras sanitárias que ela aplica a seus fornecedores do mundo inteiro. Do contrário, a carga é rejeitada. E não é possível ao bloco europeu estabelecer regras diferentes só para o Mercosul.



CNA responde a suspechas sobre carnes brasileiras

19/10/2017 - GENEBRA - Uma dura resposta de produtores agrícolas do Brasil à França, sobre suspeitas de problemas sanitários na carne bovina brasileira para não se fechar a negociação União Europeia-Mercosul, já circula pela Europa e procura reequilibrar o debate.

Esta semana, o novo embaixador da França em Brasília, Michel Miraillet, antecipou que a França tentará incluir, no mandato negociador da Comissão Europeia, a questão da sanidade animal, diante de suposta preocupação com desdobramentos dos escândalos envolvendo frigoríficos e fiscais agropecuários, a partir da Operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em março deste ano.

Em carta ao embaixador, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) João Martins da Silva Junior, contesta os argumentos franceses e reitera que a conclusão do acordo UE-Mercosul será benéfico para os dois lados.

“É preocupante que informações inverídicas sobre a produção brasileira sejam usadas na elaboração de posicionamentos franceses na negociação em curso”, diz a CNA.

A CNA destaca dados que “ficaram ausentes” das declarações do embaixador francês em Brasília. Por exemplo, que o comércio direto entre o Brasil e a França, de US\$ 6 bilhões no ano passado, resultou em superavit de US\$ 1,4 bilhão para os franceses. Cerca de 25% desse comércio envolve produtos do agronegócio, gerando receita para produtores brasileiros de oleaginosos, celulose e café, e para produtores franceses de vinhos, malte e cevada, entre outros.

A representação dos produtores brasileiros diz que a carne brasileira é internacionalmente reconhecida por sua qualidade e sanidade, validado por 164 países importadores. E destaca que a Operação Carne Fraca, ao contrário do que o embaixador francês declarou, é prova de que as autoridades no Brasil querem fortalecer a qualidade dos produtos nacionais.

A CNA diz que em poucos meses agentes brasileiros investigaram e prenderam uma pequena quadrilha que operava em 21 frigoríficos. E compara com o que aconteceu na Europa: o uso ilegal de carne de cavalo para alimentação humana na UE vem de 1998, mas a operação que revelou esse escândalo ocorreu apenas em 2013.

Exemplifica também que, desde abril deste ano, o uso de inseticida ilegal fipronil já foi identificado em mais de 450 granjas europeias, incluindo uma na França, causando perda de confiança do público e reduzindo o consumo europeu de ovos.

“O desrespeito a regulamentações sanitárias prejudica todos os produtores rurais que atuam e comercializam seus produtos em um mercado”, diz a CNA, observando que, por isso, parabeniza a fiscalização feita pela Polícia Federal que resultou na Operação Carne Fraca.

As declarações do diplomata estão alinhadas com o presidente francês, Emmanuel Macron, que pretende propor hoje a revisão do mandato de negociação da União Europeia com o Mercosul. Isso praticamente paralisaria as discussões em sua reta final para um acordo de livre comércio.

Ministerio de Agricultura de Brasil rechaza las críticas

20/10/17 - por Equipe BeefPoint O ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Maggi disse, nesta quinta-feira (19), em entrevista à AFP, ter se surpreendido ao ver a França usar o escândalo da Carne Fraca, deflagrado em março deste ano, nas negociações de um acordo comercial entre Mercosul e União Europeia.

“Para mim, foi uma grande surpresa quando o novo embaixador da França disse que o Brasil não fez nada depois da Carne Fraca”, disse Maggi.

“Pelo contrário. Nós tomamos muitas atitudes, mudamos muitas coisas e já estamos aperfeiçoando o nosso sistema (de controle sanitário). Isso demonstra um desconhecimento daquilo que aconteceu” por parte do embaixador, acrescentou.

O novo embaixador francês em Brasília, Michel Miraillet, tinha dito à imprensa brasileira que autoridades locais não tinham feito nada para garantir a qualidade dos produtos depois do escândalo.

Questionada pela AFP, a embaixada da França disse lamentar que as declarações sobre a carne adulterada tenham sido divulgadas “fora de seu contexto global”.

Uma porta-voz disse que Miraillet tinha declarado aos jornalista que “apesar de a investigação ligada ao escândalo revelar um bom funcionamento da democracia brasileira, lhe parecia que o Brasil não tinha compreendido corretamente a dimensão da amplitude do impacto que o escândalo teve nos países europeus”.

A porta-voz ainda disse que Miraillet tinha “insistido no fato de que essas preocupações com a segurança alimentar se tornaram muito importantes para a população europeia, inclusive a francesa”.

Maggi garantiu que a Carne Fraca é uma página virada, mas afirmou ter ficado surpreso com a postura de Miraillet de trazer isso para as negociações.

“Estão querendo colocar uma coisa na mesa que nós, brasileiros e o Mercosul, devemos rechaçar”, afirmou.



A pedido do presidente francês, Emmanuel Macron, a cúpula da UE deve discutir sua política comercial nesta quinta-feira. Macron pede para o bloco ser mais protecionista, em meio à fase crucial das negociações de um acordo com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Fonte: AFP, resumida e adaptada pela Equipe BeefPoint.

Macron coloca la política comercial de la UE en Reunión de Ministros

BRUSSELS, Today, A year after Wallonia's last minute reluctance to sign off on an EU trade deal with Canada disturbed the EU summit last October, the future of EU trade policy will be back on the leaders' table this week.

A discussion will take place during Thursday evening's (19 October) dinner, at the request of French president Emmanuel Macron, over the scope and pace of future deals.

EU commission president Juncker doesn't want "every deal is considered by our fellow citizens as an attack against [Europe's] main interests."

"It is important to have a political discussion" on the issue before the EU concludes or opens new negotiations, a French source explained.

Macron wants "an overall vision to find a balance between trade openness and protection" of EU markets and citizens, rather than "adding piece after piece" to the EU trade policy "puzzle", the source said.

The European Commission, which leads negotiations on trade in the name of the 28 member states, has said that it wants to conclude talks with Mexico and Mercosur - the South American single market - before the end of year.

Talks are also ongoing to finalise a trade deal with Japan, after a political agreement was reached last summer.

In his state of the Union address last month, the commission's president, Jean-Claude Juncker, also said that he wanted to open negotiations with Australia and New Zealand.

After controversies over Ceta, the EU-Canada trade deal, and TTIP, the EU-US talks that were stopped after Donald Trump was elected US president, the French president will insist that the EU must preserve its social, environmental and tax standards.

Who has final say?

Following a ruling in May in which the European Court of Justice said that, in some cases, the commission can conclude deals without needing ratification by all national and some regional parliaments, Macron also wants to clarify the powers between EU institutions and member states in trade issues.

"We don't want to solve everything at this summit," the source said, adding that after the discussion, it will be up to EU trade ministers to work on a "broader reform of the EU trade policy".

Macron has been advocating for a reform of EU trade and anti-dumping policies since the presidential campaign in France earlier this year.

In September, under French pressure, the commission presented a plan to screen foreign investments in strategic sectors. Paris also supported a new method of calculating dumping on some imports.

More recently, the French government expressed specific concerns about the negotiations with Mercosur, because beef imports from South America would hit French farmers.

Mandate from 1999

In a visit to Rungis, France's and Europe's largest wholesale food market, last week, Macron said he was "not in favour of hurrying" to conclude a deal, and he pointed out that the commission's mandate to negotiate with Mercosur dated back to 1999.

"Our consumption, our industrial realities, our knowledge on sanitary and environmental issues have changed deeply," he said.

Later this month, the French government will also present new requirements for the implementation of Ceta, ahead of the vote in the French parliament to ratify the deal.

When Macron was elected, he set up a committee to examine the deal, which started to be provisionally applied on 21 September.

In a report published in late September, the committee made several recommendations, introducing tighter checks on Canadian meat that could contain hormones, and to improve information for consumers on agricultural production methods.

It also recommended establishing a climate "veto", to ensure that foreign investments respect plans to reduce carbon emissions, and to monitor more closely the composition and work of the investor court system (ICS) - a body to settle disputes between states and investors.

Some MPs, including in Macron's majority, have said that they will ratify Ceta only if some of these proposals are introduced.

'Interesting discussion'

On Monday, before meeting Juncker in Brussels, French prime minister Edouard Philippe said that "not taking into account" the public's concerns over Ceta, Mercosur and other deals "would be dangerous for trade policies, and also for the EU."



Juncker, who said that he would make efforts to meet French demands, noted nevertheless that he didn't want that "every deal is considered by our fellow citizens as an attack against [Europe's] main interests." Macron's desire to review or slow down trade talks are likely to be met with some wariness from his colleagues.

"When you talk about trade policy, there are always two camps that appear," a diplomat said, adding that European Council president Donald Tusk has "no intention to have a long debate" on the issue.

"This could be a rather interesting discussion," another diplomat said, noting that, in the EU, "we now hear talk of harnessing globalisation, rather than shaping it

CETA – Continúan negociando cuestiones técnicas

17 October 2017 - Canada's Minister of Agriculture says governments and industry are working toward resolving issues that are limiting Canadian pork and beef producers' access to Europe under CETA, Bruce Cochrane reports.

The Comprehensive Economic and Trade Agreement came into effect 21 September.

However, regulations which require the EU health mark be applied to pork at the production plant and the use of antimicrobial treatments not approved by the European Union continue to limit Canadian pork and beef access to Europe.

Agriculture Minister Lawrence MacAulay told reporters participating in a teleconference yesterday during his trade mission to Germany, Belgium and Italy, the visit gave him an opportunity to discuss such issues.

Lawrence MacAulay-Canada Agriculture Minister

It gave me a great opportunity meeting all the ministers here in the EU in order to bring up the issues that we had but, in Parma, Italy we Canadian producers or producer representatives meet with the beef and pork importers.

It was really the first time they got together and I think it was an excellent time.

As I've always said, if you look with our business partners eye to eye, you can resolve issues.

There's always going to be issues and we have a number of issues to bring up and they have issues to bring up.

Obviously we open doors to the farmers and we'll continue to work hard on any of the issues that are there but it's obvious that both sides are quite interested in making sure that this is a very successful venture.

As you know it opens the doors for agriculture to about 1.5 billion dollars extra which is of great importance to our GDP and very important to our agricultural sector.

I feel it's my job to help open markets.

Mr MacAulay says, in Parma, it was great to have the purchasers and the producers looking eye to eye and they'll be talking back and forth.

He says Government can help but they have to work out a lot of things themselves.

TheCattleSite News Desk

Copa-Cogeca a favor del acuerdo para simplificar la PAC

16 October 2017 EU - Last week, Copa and Cogeca welcomed an agreement struck during the trilogues between MEPs and the EU Council on rules to simplify EU agricultural policy, boost farmers' bargaining power and improve insurance schemes to compensate for losses.

Copa and Cogeca Secretary-General Pekka Pesonen said, "I thank European Parliament, especially MEPs Paulo de Castro and Michel Dantin, for their work in achieving this positive outcome. I also welcome the positive work of the Estonian Presidency in reaching this deal.

"In particular, it is good news that rules will be improved on insurance to compensate farmers for their losses.

The proposed changes to the income stabilisation tool (IST) in the EU Omnibus Regulation will enable aid to be activated on a sector basis when income losses reach 20 per cent instead of 30 per cent which is an improved situation for farmers.

Copa and Cogeca see it as a positive step as it should help to improve uptake of the scheme and better target support.

Copa and Cogeca also welcome the fact that compensation will be increased to 70 per cent from 65 per cent for those who lost more than 20 per cent of their annual production or income.

In addition, it is good news that the deal gives member states the flexibility to cut down on red tape especially when it comes to the implementation of the definition of active farmer.

The move on Ecological Focus Areas (EFAs) should make life simpler for farmers too. The extension of the "milk package" provisions beyond 2020 has also been applauded.

Finally, Copa and Cogeca welcome the fact that all recognised farmers' organisations will be allowed to plan production and negotiate delivery contracts on behalf of their members and at the same time be in line with the EU's competition rules.



This should help to strengthen farmers positioning in the food chain. Collective negotiations have so far been allowed only for milk, olive oil, beef, cereals and arable crops producers.

ESTADOS UNIDOS

Marcha atrás en medida regulatoria a- Pequeños productores objetaron la decisión que limita sus acciones frente a prácticas monopólicas

10/18/2017 It was one of Agriculture Secretary Sonny Perdue's first major farm policy moves since taking office, but advocates for small farmers are worried that scrapping proposed GIPSA protections for poultry growers could be a sign of things to come.

Perdue was in Spain on Tuesday morning when a pair of Federal Register notices announced USDA was discarding two of three proposed rules that would have been implemented by the department's Grain Inspection, Packers and Stockyards Administration.

Perdue withdrew an interim final rule that would have lowered the bar for producers of poultry and other livestock to sue the meatpacking or processing companies with which they have contracts. And USDA also will take no further action on a proposed rule to shield contract growers from unfair practices.

The rules were among the most high-profile pending regulations that confronted Perdue when he took office in April, and presented him with a lose-lose situation, pitting small farmers against processors and large agribusiness interests. Now, farmers and advocates are concerned Perdue's decision means he and President Donald Trump will continue to side with agribusiness interests on other regulatory matters.

"I'm thoroughly disappointed and surprised that Trump hasn't seen fit to help the little guys and the American family farmers, as he promised he would do as he was campaigning," said Mike Weaver, a West Virginia poultry grower and president of the Organization for Competitive Markets. "This is a tremendous letdown to small family farmers and middle America."

As for Perdue, who has pledged to run a more farmer-friendly department, Weaver said: "He's demonstrated today that he's a company man."

Perdue defended the decision while on a conference call with reporters Tuesday, arguing the measures would have done too much to invite "unnecessary and unproductive litigation."

"Obviously I want to assure you the USDA and GIPSA remain committed to fair trade practices, financial integrity and competitive markets," the secretary said.

"My goal at this point is to make sure that in the industry — both those on the production side and those on the buying/processing side — that we abide by the USDA motto, and that's 'Do right and feed everyone,'" he continued, promising vigilance in looking after the needs of contract growers.

"And we'll be watching that our producers individually and collectively are not disadvantaged by unfair, uncompetitive rules that they operate under, and I look forward to doing that," he added.

USDA officials had said next to nothing about the department's plans for the GIPSA rules since Trump took office. The interim final rule was set to take effect on Thursday — a date that had been pushed back twice from March — forcing Perdue's hand. The department also opened and then extended public comment periods for the proposed rules.

The trio of regulations had previously been placed on the Unified Agenda's inactive list, raising questions about the fate of the remaining draft rule, which pertains to poultry-grower ranking systems, a common industry practice through which growers' payments are based on performance. Jake Wilkins, a USDA spokesman, told POLITICO that officials are still reviewing comments and working to determine if regulation of the ranking systems is necessary.

The rules have drawn harsh criticism from poultry companies, processors and other livestock groups, which contend the regulations would have prompted a flood of lawsuits and caused uncertainty for growers and integrators alike.

On the other side of the argument, contract farmers — a segment of the industry that includes more than 5,000 chicken growers in Perdue's home state of Georgia, the country's top poultry producer — generally supported the measures, arguing that producers in their situation require greater protection from unfair practices in an industry where power is concentrated at the top.

Perdue's decision drew praise from livestock groups and key farm-state Republicans.

"Today, rural America has received long-awaited good news," Senate Agriculture Chairman Pat Roberts said in a statement. "In the heartland, farmers and ranchers applaud the rollback of the 'GIPSA' rules."

House Agriculture Chairman Mike Conaway offered an equally laudatory response, as did groups like the National Pork Producers Council and the National Chicken Council.

Closer to home for the secretary, Sen. David Perdue (R-Ga.) said his cousin delivered a "win for Georgia's agriculture industry" because of the anti-regulatory nature of the decision.

"This action also sends a clear signal that President Trump and Secretary Perdue are serious about undoing Obama-era regulations that place an undue burden on rural America," David Perdue continued. "I



applaud the Trump administration for taking the concerns of rural America seriously by getting big government out of their way. The last thing that Georgia's agriculture industry needs is more bureaucracy." But advocates and groups representing farmers were especially disappointed in the decision in light of Trump's campaign-trail commitments to stand up for farmers and the working class — and they saw it as a harbinger of potential future pro-agribusiness regulatory moves.

"Farmers have made clear that they need protection from harmful and abusive practices that are standard in their industry," Sally Lee, program director at Rural Advancement Foundation International-USA, said in a statement. "President Trump pledged that he would take a stand for them, but is instead taking another step in the opposite direction by canceling the fair-practice rule."

USDA doesn't have many major regulatory deadlines looming, but the organic animal-welfare rule has been delayed until Nov. 14. How Perdue will handle that regulation is not clear, but he can still delay it. The administration would have to go through a formal rulemaking to take it off the books or to change it.

Later this month Perdue faces a Trump-imposed deadline to submit a report from the Interagency Task Force on Agriculture and Rural Prosperity, an effort that Trump created by executive order and that Perdue is leading.

The report is expected to propose ways to boost the rural and agricultural economies, in part by identifying regulatory burdens on farmers and rural communities that could be targeted. Trump gave the task force 180 days, or until this Saturday, to finish its review.

Some advocates saw Perdue's GIPSA decision as a prelude to anti-regulatory moves that could be proposed by the task force.

"I think we will continue to see this type of thing down the line, where they judge things to run counter to the goals of the administration and the positions of the big industry players," said Greg Fogel, policy director for the National Sustainable Agriculture Coalition. "And they will target those things. I don't expect them to be different at the end of their regulatory review process."

Concerns over the scrapped rules also are being amplified by Perdue's plan to merge parts of GIPSA, which has been a standalone agency within USDA's regulatory mission area, into the Agricultural Marketing Service as part of his broad reorganization of the department. AMS is tasked with marketing and promoting U.S. agricultural products.

"You are ... getting rid of core protections for farmers at the same time you are getting rid of agency oversight for those protections," Fogel added. "Put those two things together and it's kind of a tough sell to say that the administration still cares and is looking out for small farmers."

NCBA considera que con esa decisión ganan ganaderos y consumidores

TheCattleSite News Desk 18 October 2017 US - Yesterday, the Trump administration announced its plan to withdraw regulations related to the buying and selling of livestock - a plan that is hailed as a major win for livestock producers.

Agriculture Secretary Sonny Perdue decided not to move forward with an interim final rule of the so-called Farmer Fair Practices Rules, which was written in 2016 by the US Department of Agriculture's Grain Inspection, Packers and Stockyards Administration (GIPSA).

The agency also announced it will take no further action on a proposed regulation of the Farmer Fair Practices Rules.

Colin Woodall, the National Cattlemen's Beef Association's (NCBA) Senior Vice President, Government Affairs, released a statement regarding the matter.

Mr Woodall said: "This is a victory for America's cattle and beef producers – and it's a victory for America's consumers.

"Agriculture Secretary Sonny Perdue deserves a great deal of thanks and credit for this smart decision.

"The proposed rule would have crippled cattle producers' ability to market their products through the value-added programmes that help make American-produced beef the most delicious and nutritious in the world.

"This is a decision worthy of celebrating this evening with a top-quality steak."

Medida había sido propuesta en últimos días de Administración Obama

The Trump administration's decision to kill a rule designed to protect the rights of farmers who raise chickens, cows and hogs for the United States' largest meat processors has infuriated farmer advocates, including a Republican senator from Iowa who said he has "violent opposition" to the move.

The rule would have made it easier for farmers to sue companies they contract with over unfair, discriminatory or deceptive practices. Called the Farmer Fair Practice Rule, it was rolled out by the U.S. Department of Agriculture during President Barack Obama's final days in office but never took effect. The agency under President Donald Trump delayed its April 22 start date for six months, then announced Tuesday that it wouldn't implement the regulation at all.



"They're just pandering to big corporations. They aren't interested in the family farmer," Sen. Charles Grassley, an Iowa farmer, said in an uncharacteristic criticism of the Trump administration. "The USDA is the U.S. Department of Agriculture, not the U.S. Department of Big Agribusiness."

The rule was first proposed by the USDA in 2010 but faced delays after meeting resistance in Congress and by the meat processing industry. The USDA finally released it last December.

Currently, several court rulings have interpreted federal law as saying a farmer must prove a company's actions harm competition in the entire industry before a lawsuit can move forward. The rule would have eased that high burden of proof.

Chicken and pork producers, for example, must often enter long-term contracts with companies like Tyson Foods and Pilgrim's Pride that farmers allege lock them into deals that fix their compensation at unprofitably low levels and forces them deeply into debt.

But the Grain Inspection, Packers and Stockyards Administration within the USDA, known as GIPSA, concluded the rule is inconsistent with several court decisions and would lead to further lawsuits.

"Protracted litigation to both interpret this regulation and defend it serves neither the interests of the livestock and poultry industries nor GIPSA," the agency said.

National Chicken Council President Mike Brown said the rule would have "opened the floodgates to frivolous and costly litigation" and National Pork Producers Council President Ken Maschhoff said the regulation "would have reduced competition, stifled innovation and provided no benefits to anyone other than trial lawyers and activist groups that no doubt would have used the rule to attack the livestock industry."

Kansas Republican Pat Roberts, chairman of the Senate Agriculture Committee, commended the USDA action, saying it demonstrates the Trump administration's commitment to promoting economic prosperity and reducing regulatory burdens in rural America.

"The Obama administration spent the better part of a decade ignoring the calls from farmers, ranchers, and agriculture economists warning of the billion dollar blow this rule would have levied against American agriculture," he said.

But others said the rule would have protected farmers.

"Farmers have made clear that they need protection from harmful and abusive practices that are standard in their industry," said Sally Lee, program director for the nonprofit Rural Advancement Foundation International-USA, a North Carolina family farm advocacy group.

Mike Weaver, a Fort Seybert, West Virginia, poultry farmer called on Trump to issue an executive order to implement the rule.

"The administration is allowing multinational corporations led by foreign interests to hold America's farmers and ranchers hostage with their monopolistic, retaliatory and predatory practices," he said.

Referendum en Oklahoma sobre programa checkoff estatal

October 4, 2017 Early voting on Oklahoma's secondary beef checkoff program began Monday, and with it an aggressive campaign to undermine the program and influence voters by planting seeds of doubt.

Oklahoma is attempting to establish a producer-funded and managed, state-level promotion, marketing, research and education program for beef and beef products. To do so, producers are asked to vote on a state-wide assessment of \$1 per head when an animal changes ownership, all of which is refundable on request. That \$1 assessment would be in addition to the \$1 national beef checkoff program already in place.

Checkoff programs at both the state and national level, however, routinely meet vocal resistance, primarily from two groups: The Organization for Competitive Markets (OCM), and Ranchers Cattlemen's Action Legal Fund (R-CALF USA).

Earlier this year in a lawsuit filed by R-CALF, a U.S. District Court Judge in Montana upheld an injunction against the Montana Beef Council, which prevents the MBC from keeping a portion of the beef checkoff funds without consent from the payer. In that case, R-CALF went after a state beef council which it argued was a private entity.

R-CALF's tactic of going after the state beef council was initiated because previous attempts to derail the national Beef Checkoff program were unsuccessful. More than a decade ago, the U.S. Supreme Court ruled in a 6-3 vote that national checkoff programs were "government speech," and therefore constitutional. Efforts to undermine Oklahoma's checkoff vote, however, are much different. OCM has filed a complaint with the U.S. Department of Agriculture's Office of Inspector General, alleging that the Oklahoma Beef Council has joined the Oklahoma Cattlemen's Association, an agriculture industry trade organization, in campaigning and promoting a "yes" vote on Oklahoma's secondary beef checkoff. The Oklahoma Beef Council denies the allegation.

Specifically, OCM claims the OBC is using the checkoff's trademarked logo to promote and influence a "yes" vote. Officials involved in the logo's design told Drovers that the logo was patterned after similar logos used during a checkoff referendum in Texas which passed in 2014.



OCM also wants producers to believe that the embezzlement of Oklahoma checkoff funds by a former OBC employee somehow means producers should not vote to fund additional money for beef promotion and research. The OBC embezzlement case and the checkoff vote, however, are unrelated and should be treated as such by producers.

The former OBC employee embezzled \$2.6 million over a ten year period, despite regular third party audits. The former employee has plead guilty and is awaiting sentencing.

The embezzlement case – unfortunate as it was – is not justification for Oklahoma producers to lose faith in their state beef council. Consider, for instance, the American Banker's Association reported fraud losses totaling \$2 billion in 2014, yet American's are not calling for banks to be closed.

Oklahoma's checkoff referendum brings no new arguments to the table – from either side.

Passage of the referendum would mean more sorely needed money to fund beef promotion and research at a time when American consumers are overwhelmed with the clutter of misinformation about beef and all foods. Simple as that. The goals of the checkoff are the same as 30 years ago – fund product research and promote beef, only now inflation means your \$1 checkoff contribution has about half the buying power it did in the late 1980s.

Arguments against the checkoff are more of the same ones made for decades, too. Primarily, OCM and R-CALF believe checkoff dollars are used for the benefit of beef packers, who they often refer to with disgust as “multi-national meat packers.” Such disdain for meat packers puts OCM and R-CALF in the unusual and awkward business situation of undermining their customers.

I recently had the privilege of attending the Certified Angus Beef annual conference in Nashville. There were a few cowboys there, but mostly the 600 attendees were chefs, grocery chain meat managers, packers, restaurateurs and other professionals involved in delivering high quality beef to American consumers. Their goal for attending was to learn more about CAB and how they could sell more. Not once did I hear a complaint about the product's price, or packer profit margins. Those simply aren't roadblocks.

Unlike the beef industry as a whole, however, the CAB program involves stakeholders from every link in the chain pulling in one direction. Carcasses identified as CAB earn premiums for producers, and those premiums are carried forward throughout the chain. Complaints – if there are any – involve product quality, not price or the profit somebody else in the chain is making.

Let's hope the entire beef industry can someday benefit from such a model. Passage of the Oklahoma secondary beef checkoff referendum would be a step in that direction.

Oklahoma producers can vote by mail if those ballots are postmarked by Oct. 27. In-person voting will take place at any county Extension office in all 77 counties on Nov. 1.

USMEF realiza sendas campañas de promoción en SUECIA y en FILIPINAS

TheCattleSite News Desk 16 October 2017 - Partnering with a major importer/distributor, USMEF conducted a series of retail promotions in Sweden to establish greater demand for alternative cuts of US beef. The campaign, coordinated with Stockholm-based Gourmet Food, was funded by the Beef Checkoff Programme.

A total of 16 events were held at some of the largest retail locations in Sweden, which is already one of the most solid markets for US beef in the European Union.

A product tasting and retail promotion at an Urban Deli outlet demonstrated the strong interest Swedish consumers have in US beef.

"The objective is not only to inform consumers about the presence of US beef at retail, but to also educate them about particular attributes of US beef and introduce them to alternative cuts," explained Yuri Barutkin, USMEF representative in the region. "Sweden is already a good market for US beef sales, but it has room for further growth."

Most of the retail demonstrations were conducted by Gourmet Food's in-house chef Thomas Anagrius, who has sound knowledge of US beef and was able to address questions from curious Swedish consumers.

"Swedes, in general, have a very open attitude toward imported food and are very keen to try new items," said Mr Barutkin.

"In fact, sales of high-quality beef in Sweden have advanced much more quickly than in many parts of Europe. Swedish consumers tend to be much better educated about high-quality beef, know a lot about various cuts and are anxious to try those new cuts at home."

Mr Barutkin noted that Sweden's foodservice sector has featured alternative beef cuts for some time and the country has an abundance of steakhouses and high-end burger joints, but retailers have also shown growing interest in US beef. Swedish retailers sell a variety of portion-controlled alternative beef steaks from all over the world – including the US.

Along with traditional consumer fairs and festivals, retail promotions are an effective way to let more Swedish consumers taste US beef and discover that different cuts can be used in a variety of ways.



Gourmet Food, which supplies Sweden's restaurants and foodservice businesses with food from all over the world, certainly recognizes the competitive nature of the global red meat market.

"The US beef product demonstrations have become a good way of allowing end consumers to taste the meat, and they are also an important vehicle to get more new cuts out into the market," said Christian Dyjée, market manager for Gourmet Food.

"Competition has intensified, with different cuts from other beef-exporting countries as well as domestic Swedish beef. But US beef most often has an advantage when it comes to flavor and tenderness, and our retail promotions offer an opportunity to demonstrate and explain that."

USMEF has been pleased with the cooperation of Gourmet Food.

"USMEF's mission in Sweden is to stimulate bigger sales of alternative cuts and Gourmet Food have been very professional in pursuing this objective," said Mr Barutkin. "The success of alternative US beef cuts in Sweden is something we hope to replicate elsewhere in Europe."

16 October 2017 PHILIPPINES - Helping importers, distributors and foodservice companies in the Philippines gain a better understanding of the value and availability of US pork, beef and lamb, USMEF conducted a U.S. Meat Culinary Training Camp in Pampanga, followed by a trade seminar event in Manila. Funded by the USDA Market Access Program (MAP), the Pork Checkoff and the Beef Checkoff Programme, the sessions included cooking demonstrations and educational sessions on the US red meat industry.

The culinary training event was the first held in Pampanga since 2012.

"We chose the location because it is relatively close to Manila and an excellent venue for reaching out to foodservice establishments in the region," explained Sabrina Yin, USMEF director in the ASEAN region.

"Furthermore, Pampanga is known as the culinary capital of the Philippines because of its reputation for good food. Since our last culinary training camp, Pampanga has seen a rapid increase in the number of hotels and restaurants."

Similar to the previous US meat culinary camps, USMEF invited three local importers – Alternatives Food, Hightower Inc. and Vanguard Distribution and Logistics – to select sales staff and valued US red meat customers to attend. The two-day culinary training was attended by a total of 31 participants. Among them were restaurant owners, chefs, and kitchen supervisors.

Sabrina Yin, USMEF director in the ASEAN region, demonstrated the many uses for US pork and beef at the US Meat Culinary Training Camp in the Philippines [Photo: USMEF]

The camp began with Ms Yin providing an overview of activities, followed by a presentation by USMEF Philippines representative Monica Regaspi on the US beef industry, including a comparison of grass-fed and grain-fed beef.

A cooking demonstration by Chef Jose Carmelito Quizon included information on native Kapampangan cuisine and how it was influenced by colonization.

The second day of the culinary training began with a presentation on US pork by USMEF chef Melvin Ho.

Ms Yin said, "The culinary camp was very successful and we were told by attendees that they appreciated the information we shared."

"It's important to keep existing customers engaged and informed, just as it is important to reach new and potential customers of US pork and beef. I think we were able to accomplish both in this event."

On the day following the culinary camp, USMEF teamed with USDA's Foreign Agricultural Service (FAS) in Manila and the Association of Hotel and Restaurant Purchasing Managers of the Philippines (AHRPMP) to organize an event at the Solaire Resort and Casino in Manila.

The agenda included seminars pairing US meat with California wines and a US product showcase trade reception.

The event was attended by nearly 100 purchasing managers from hotels and restaurants in Manila and nearby cities. Local importers of US commodities were also on hand.

"One of the main purposes of this event was to allow the importers and their sales staff to showcase US products and ingredients to purchasing managers and other prospective clients," said Ms Yin.

US pork and beef dishes were prepared at the event and sampled by participants.

TheCattleSite News Desk

VARIOS

Carne KOBE: atributos ligados a su aroma

13 October 2017 UK - Renowned for its soft texture and characteristic flavor, Wagyu beef - often referred to as Kobe beef in the US - has become one of the world's most sought-after meats.

Now in a study appearing in the Journal of Agricultural and Food Chemistry, scientists report that they have detected several key odorants that contribute to the delicacy's alluring aroma.



Considered by some to be the champagne or caviar of beef, Wagyu is one of the rarest and most expensive meats in the world.

It comes from Japanese Black cattle --which accounts for 95 per cent of Wagyu -- and three other species raised in Japan.

The meat's distinctive marbling, juiciness and succulent taste are enhanced by its sweet aroma, known as "wagyuko," that has been compared to coconut or fruit.

In recent years, scientists have been trying to nail down what makes Wagyu aroma distinctive from other types of beef.

In one study, researchers found that one particular compound appeared to have an important influence on the meat's aroma.

But the samples used in that experiment were not cooked at the optimal temperature. To get a better sense of which odorants are responsible for Wagyu's aroma, Satsuki Inagaki and colleagues decided to try a different approach.

The researchers conducted an aroma extraction dilution analysis of Matsusaka-beef (a kind of Wagyu ribeye) and grass-fed Australia beef (loin).

The team heated the samples to about 175 degrees Fahrenheit to simulate optimal cooking conditions.

Using gas chromatography techniques, the research team detected 10 newly identified compounds in the Wagyu beef aroma, including one previously associated with cooked chicken that had an egg-white odor.

Several Wagyu compounds were also found in the Australian beef aroma. However, the researchers say they likely don't smell alike because of the differing amounts of these constituents in the meats.

The most potent odorant of Wagyu beef was a compound known to be derived from fatty acids present in the meat.

The researchers say that this study not only clarifies which compounds are the main odorants in cooked Wagyu, it also helps confirm that particular types and amounts of unsaturated fatty acids in the beef play a key part in this aromatic process.

TheCattleSite News Desk

AUSTRALIA Avance en las exportaciones de carne vacuna y ovina

Por Blasina y Asociados, especial para El Observador Octubre 14, 2017 El país de Oceanía consolida la recuperación de sus ventas de carne en el exterior

En setiembre, las exportaciones australianas de carne vacuna totalizaron casi 88 mil toneladas peso embarque, un incremento de 17% respecto a igual mes del año pasado. El mayor nivel de faena debido a las condiciones secas en ese país de Oceanía consolidó la reciente recuperación en las colocaciones externas.

Meat Livestock Australia (MLA) destacó el peso de las exportaciones de carne proveniente de ganado de corral. En setiembre, las colocaciones de carne proveniente de ganado de feedlots llegaron a 24 mil toneladas, ligeramente por debajo del récord de agosto, de 26.400 toneladas.

Entre enero y setiembre las exportaciones de carne vacuna excedieron por primera vez las 200 mil toneladas peso embarque. En ese período las exportaciones totales de carne vacuna sumaron 753 mil toneladas, una caída de 2% respecto a los primeros nueve meses de 2016.

Ventas de carne ovina

En tanto, las exportaciones de carne ovina alcanzaron 34.337 toneladas peso embarque, un aumento de 22% respecto a setiembre del año pasado y de 2% frente a agosto. En los primeros nueve meses del año las colocaciones totalizaron 280.955 toneladas, una expansión de 3% respecto a igual período de 2016.

Las ventas externas de carne de cordero alcanzaron las 19.700 toneladas peso embarque en setiembre, un crecimiento de 13% respecto a igual mes del año anterior. En el acumulado del año las colocaciones externas sumaron 183 mil toneladas peso embarque, una expansión de 5% respecto a enero-setiembre de 2016.

Las exportaciones a China en los primeros nueve meses de 2017 llegaron a 35.047 toneladas, un volumen 24% superior a igual período del año pasado. En tanto, las ventas externas a Estados Unidos totalizaron 39.940 toneladas, un crecimiento interanual de 5%. En los 12 meses cerrados a setiembre las colocaciones externas totalizaron 250.985 toneladas, un incremento de 6% respecto al año anterior.

AUSTRALIA: prevén recuperación en el Mercado ganadero

17 October 2017 Key points:

Adult cattle slaughter remains in line with the July update forecast of 7.25 million head

Projected beef production and export volumes revised up as a result of higher carcass weights

Cattle prices expected to continue to track above the five-year average for the remainder of the year.

The price direction of Australia's cattle market and national herd rebuild now hinges on a solid seasonal break, following a dry finish to winter and hot September across much of Australia.



Meat & Livestock Australia's (MLA) October cattle industry update maintains July slaughter forecasts, with some upward revisions to projected beef production and export volumes as a result of higher carcass weights.

MLA's Market Intelligence Manager Scott Tolmie said the main impact of the poor season has been the downward trajectory of Australian cattle prices, largely caused by reduced restocker demand.

"However, rain across southern Queensland and northern New South Wales in early October has revived the market, with reduced yardings and stronger restocker buyer activity lifting prices," Mr Tolmie said.

"If the positive rainfall outlook for eastern Australia in October comes to fruition, it will go a long way to supporting young cattle prices.

"Indeed, the recent rain across key cattle producing areas saw the Eastern Young Cattle Indicator (EYCI) kick, regaining 25c/kg carcass weight (cwt) or 5% over the first week of October — a clear indication of the likely larger response if a more complete seasonal break arrives.

"Feedlot demand has also supported the EYCI, driven in part by robust export demand for high quality grainfed product in Japan and Korea, especially over the past few months.

"With the herd rebuilding cycle still underway, the availability of lightweight stock through markets remains limited, which should see prices continue to track above the five-year average for the remainder of the year."

Mr Tolmie said the dry is yet to jeopardise the national herd rebuilding, with adult cattle slaughter remaining on track with the July update forecast of 7.25 million head.

"Based on the more positive rainfall outlook for the rest of 2017, producers are not expected to further accelerate their current turn off at this stage. However, further dry weather could derail the broad industry rebuild that is underway and challenge many producers with some tough decisions," Mr Tolmie said

Record numbers of cattle on feed and a relatively low proportion of females making up cattle slaughter has resulted in an upwards revision to average carcass weights.

"Australian adult cattle carcass weights have held up well in 2017 - the national average hit a record monthly high in April of 299.2kg, and has averaged a record 296.5kg for the year to August – 10kg or 4% higher than the corresponding period last year," Mr Tolmie said.

"As a result, the 2017 forecast for the national average adult cattle carcass weight has been revised higher than what was projected in the July update, to a record 297.4kg. This represents a 3%, or 9.2kg, increase from the record reached in 2016.

"Higher average carcass weights have prompted a slight increase in projected beef and veal production, from an estimated 2.17 million tonnes cwt in the July update, to 2.18 million tonnes cwt – a 3% year-on-year increase."

The rise in Australian beef production has seen exports also revised slightly up from 1.02 million tonnes shipped weight (swt) to 1.03 million tonnes swt for 2017.

NUEVA ZELANDA: caen exportaciones a JAPON de carnes congeladas por aumento de arancel

17 October 2017 - New Zealand exports of frozen beef to Japan have plummeted since the country lifted tariff rates, according to AgriHQ.

From 1 August, Japan increased its tariff on frozen beef to 50 per cent from 38.5 per cent under a World Trade Organisation safeguard following high sales of imported beef.

Following the tariff hike, just 729 tonne of frozen beef was exported from New Zealand to Japan in August and September, down from 1,709 tonne last year and the five-year average of 1,840 tonne, according to AgriHQ's monthly Sheep & Beef report for October.

Japan is New Zealand's fifth largest market for red meat and co-products, with exports worth more than \$302 million in the 2016 calendar year, and it's also the market in which the country's sheep and beef sector faces its single highest tariff burden, with \$73 million of tariff payments last year.

"NZ frozen beef exports to Japan have fallen away as expected since the introduction of the temporary tariff," AgriHQ analyst Reece Brick said in his report. "Little frozen product will be traded into Japan from NZ until the temporary tariff is lifted in April next year."

New Zealand chilled beef exports to Japan, which aren't currently subject to the increase, matched last year's volumes as well as the five-year average, AgriHQ said. Japan is New Zealand's largest chilled beef market with exports worth \$63 million last year.

AgriHQ's Brick said that contrary to earlier beliefs, Australian beef exports to Japan hadn't jumped higher despite Australia holding a major tariff advantage for frozen beef. Australia, one of New Zealand's biggest rivals in the Japanese market, is exempted from the WTO safeguard under its bilateral trade agreement with Japan with its frozen beef tariff sitting at 27.2 per cent.

Only 23,572 tonne of beef was exported from Australia to Japan through September, smaller than August in both total volume exported and market share, and the same trend applied when broken down to just frozen beef exports, Mr Brick said.



US exporters appear not to have been deterred by the tariff hike, with data for August showing only a minor change in frozen beef exports to Japan, although the portion of chilled beef entering Japan did increase 62 per cent, Mr Brick noted.

EMPRESARIAS

Hermanos Batista procesados por uso de información privilegiada

17/10/17 - por Equipe BeefPoint O juiz João Batista Gonçalves, titular da 6a Vara Criminal Federal de São Paulo, aceitou ontem a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal e tornou réus os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da J&F, por crimes de uso indevido de informação privilegiada (insider trading) e de manipulação de mercado.

O magistrado observou que existem "indícios suficientes de autoria em relação a cada um dos imputados, havendo, portanto, justa causa para o prosseguimento da persecução penal". Com a decisão judicial, os sócios da J&F – holding que controla a JBS – passam a responder a uma ação penal pelos ilícitos de que foram acusados pelo MPF.

O juiz determinou que os agora réus sejam citados para apresentarem resposta à acusação no prazo de dez dias. Na resposta à acusação, os advogados dos Batista poderão apresentar justificativas, oferecer documentos, especificar provas e arrolar testemunhas de defesa. "A defesa reitera que confia na Justiça e voltará a apresentar relatórios técnicos que demonstram a normalidade de todas as operações financeiras efetuadas", afirmaram, em nota.

Na denúncia, o MPF diz que os Batista lucraram R\$ 100 milhões em aquisições de contratos futuros de dólares e minimizaram perdas patrimoniais de R\$ 138,3 milhões usando informações sobre a divulgação da delação que haviam firmado com a Procuradoria-Geral da República. Os benefícios previstos nos acordos poderão ser revogados.

As operações com valores mobiliários – consideradas simuladas – teriam sido realizadas por meio da venda de ações da empresa JBS na bolsa por sua controladora, a FB Participações, em período simultâneo à recompra de ações iniciada anteriormente pela própria JBS. As negociações "casadas" teriam resultado em manobra para alterar artificialmente o funcionamento do mercado de valores mobiliários, impedindo uma queda significativa do valor das ações negociadas, afirma o MPF.

Joesley e Wesley estão sujeitos a penas máximas de 13 e 18 anos de prisão, respectivamente, caso sejam condenados. Eles cumprem prisão preventiva na sede da Polícia Federal de São Paulo desde setembro. Alvos de ao menos seis frentes de investigação, a ação por insider é o primeiro processo penal resultante dos inquéritos no quais são investigados.

Tribunal desbloqueó bienes de Joesley, Wesley y del Grupo J&F

20/10/17 - por Equipe BeefPoint O desembargador Olindo Menezes, do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, (TRF1), desbloqueou os bens dos empresários Joesley Batista e Wesley Batista e do Grupo J&F. O fisco havia sido ordenado pelo juiz federal Ricardo Leite, da 10.ª Vara Federal, de Brasília. Olindo Menezes tornou a decisão de Ricardo Leite sem efeito.

A Justiça já havia bloqueado R\$ 60 milhões da família, mas a Polícia Federal e o Ministério Público Federal entenderam que era o caso de ampliar a restrição, considerando que o prejuízo estimado por operações irregulares da JBS com o BNDES é de ao menos R\$ 1,2 bilhão. No início do mês, o juiz Ricardo Leite atendeu a manifestação da PF e determinou a ampliação do bloqueio.

O magistrado atendeu a manifestação da PF, atingindo 13 empresas e 8 pessoas – entre eles Joesley e Wesley Batista, que estão presos. Além deles, o bloqueio atingia o pai dos executivos, José Batista Sobrinho; a mãe, Flora Batista; e os irmãos José Batista Júnior, Vivianne, Valéria e Vanessa Mendonça. O juiz afirmou, na ocasião, que não havia prova de participação da família nas atividades ilícitas.

Leite é responsável pela Operação Bullish, que mira contratos do grupo J&F com o BNDES. Joesley relatou em delação premiada influência no banco por pagamento de propina.

O pedido de reforço do bloqueio de bens foi encaminhado pela PF em junho, portanto antes da crise envolvendo o acordo de delatores da J&F que levou o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot a optar pela rescisão da delação de Joesley e do executivo Ricardo Saud.

Pela delação dos executivos da J&F, Joesley e os demais delatores receberiam imunidade inclusive para investigações que já estavam em curso – como a Bullish – no caso de o tema ter sido abordado em anexos do acordo.

Para os delegados, no entanto, há risco de que os valores acordados na leniência do grupo J&F não seja efetivado e que os órgãos lesados, como BNDES, não sejam ressarcidos. A PF menciona um "desfazimento às pressas" de parte de ativos do grupo no mercado e indícios de que há bens no exterior não conhecidos pelas autoridades brasileiras. Os delegados também ressaltam que o próprio acordo de delação prevê a reparação dos valores obtidos através de crime.



A PF considerou que a família desloca o patrimônio do grupo a outros CNPJs, que não aqueles que detêm as operações empresariais de fato. Por meio dessas empresas, os lucros seriam repartidos para a família. Por isso, segundo a PF, é preciso “resguardar” a possibilidade de recomposição dos danos ao patrimônio público.

O juiz Ricardo Leite considerou o pedido da PF e do MPF bem fundamentados, que indicam “fundado temor” de que o patrimônio já confiscado seja insuficiente para reparar os crimes cometidos. Ele também apontou que a decisão não gera prejuízo empresarial, já que as empresas que tiveram bens bloqueados não possuem atividade operacional.

Para o juiz da 10ª Vara, “rescindido o acordo” de delação, “deve-se retomar o curso das investigações, com aprofundamento se há ou não o indicativo de ocultar ou desfazer de bens”. O acordo de Joesley foi rescindido por Janot, mas aguarda deliberação final do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cade objetará la compra de Mataboi por JBS

19/10/17 - por Equipe BeefPoint O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou que a JBJ se desfaça do Mataboi. A decisão foi tomada ontem em sessão do conselho da autoridade antitruste. Todos os conselheiros votaram contra o negócio, que terá de ser anulado em 30 dias. Entretanto, as empresas devem levar o caso à Justiça comum para tentar reverter a decisão.

A decisão foi baseada na possibilidade de a JBJ, de propriedade de José Batista Junior, atuar em consonância com a JBS, na qual o empresário já teve participação e é controlada por seus irmãos, Joesley e Wesley Batista.

“Os incentivos para coordenação decorrentes da relação familiar são substancialmente reforçados, de modo que a participação das duas empresas é somada na análise concorrencial”, avaliou o Cade.

“Ato de concentração [como são chamadas as fusões e aquisições no jargão antitruste] é um controle preventivo de comportamentos. Uma operação reprovada pelo Cade não significa que requerentes cometeram ato lesivo”, afirmou o órgão.

A tese foi levantada pela Superintendência-Geral (SG) do Cade ao enviar o caso para o plenário. que fez sua análise incluindo JBJ e JBS em um mesmo grupo econômico.

Em seu parecer, a superintendência destacou como indicativo de atuação coordenada entre as duas empresas a eleição do dono da JBJ para o cargo de presidente interino da JBS, em setembro de 2016.

Priscila Gonçalves, advogada que representa JBJ e Mataboi, discordou da análise da SG.

“A intenção dele [José Batista Júnior] é separar a vida familiar da empresarial. Por isso usou os recursos da venda de sua participação na JBS para comprar sua própria empresa. A tese da coordenação não tem nenhuma evidência nos autos”, afirmou.

“Diante da falta de evidências, é complicado sustentar que existe coordenação entre esses grupos com base apenas nas relações de parentesco. É um caso em que influência externa não foi demonstrada”, disse.

Fonte: Valor Econômico, adaptada pela Equipe BeefPoint.

Marfrig reactivó planta en Rondônia

20/10/17 - por Equipe BeefPoint A Marfrig Global Foods, segunda maior empresa de carne bovina do país, iniciou ontem os abates de bovinos em Ji-Paraná, em Rondônia. A unidade, que estava fechada desde 2010, pertence ao frigorífico Frialto e foi arrendada pela Marfrig Global Foods. Em agosto, a Marfrig anunciou que reabriria o frigorífico localizado em Rondônia.

Com capacidade para abater 1,1 mil bois por dia, o frigorífico de Ji-Paraná pode gerar cerca de 1 mil empregos, informou a Marfrig, em nota; Com a retomada dos abates em Ji-Paraná, a Marfrig segue em seu plano de expansão dos abates. Neste ano, já retomou os abates em Pirenópolis (GO), Paranaíba (MS), Alegrete (RS) e Nova Xavantina (MT).

O movimento de reabertura de frigoríficos — feito também por meio de arrendamentos — deve fazer com que a Marfrig os abates diários em mais de 50%, para 300 mil cabeças.

A avaliação da Marfrig é que, após anos de restrição na oferta de bovinos, o ciclo de pecuária se inverteu e está mais favorável aos frigoríficos, o que permitirá o aumento da produção.

Fonte: Valor Econômico, adaptada pela Equipe BeefPoint.